

[illegible]

E Voz raso q mandamos Gallo de dia
 mandaram ouate o dia omy do
 em herbas qual qe deam qm p p
 em Gra de fora de Gra dia e ruy
 tudo faze o q e na bo mandamos e
 e p q m dnda na glo de
 m a q e beraldo e
 Lz in

[illegible]

O INTERMEDIÁRIO ENTRE O *ARQUITETO* E A SUA *OBRA*. A ATUAÇÃO DE D. FRANCISCO DE LEMOS NO SEU PRIMEIRO REITORADO (1770-1779)

Carlos F. T. Alves
PIUDHIST-ICS-UL
FCT (PD/BD/128127/2016)
CHSC-UL

Resumo

O estudo que pretendo apresentar terá como objetivo analisar a ação do Reitor da Universidade durante a Reforma Pombalina. D. Francisco de Lemos foi peça essencial na aplicação da Reforma mas com isto não podemos compreender que este tenha sido um mero agente passivo. Toda a sua ação foi pautada por uma grande iniciativa que nasceu da confiança depositada pelo Ministro e por uma liberdade muito evidente durante todo o seu reitorado.

Palavras-chave

D. Francisco de Lemos, Reitor, Universidade de Coimbra, Pombal, Reforma Pombalina, Estatutos de 1772.

Abstract

The study that I intend to present focuses in a detailed analysis on the action of the Rector of the University in the Pombaline Reform. D. Francisco de Lemos was an essential part at implementing this reform, but with this we cannot understand that he has been a mere passive agent. All this action it was marked by a major initiative that was born of a trust by the Minister and also the freedom throughout his rectorship.

Keywords

D. Francisco de Lemos, Rector, University of Coimbra, Pombal, Pombaline Reform, 1772 Statutes.

Artigo recebido em: 13.03.2016 | Artigo aceite para publicação em: 24.09.2016



Introdução

D. Francisco de Lemos foi uma destacada figura do antigo regime português onde acabou por se evidenciar na área do ensino e da administração central e eclesiástica. Dos muitos cargos por si desempenhados, mais de uma dezena, destacam-se o de Reitor (31 anos divididos em dois momentos distintos) e de Bispo de Coimbra (43 anos). Chegou pela primeira vez a Reitor em 1770 e dois anos depois passa também, em regime de acumulação, a Reformador¹. Reconduzido em ambos em 1775, neles permanece até depois da morte de D. José I, abandonando-os apenas em 1779. Estas nomeações enquadram-se na atenção que Pombal dedica ao ensino e aqui é necessário notar que estamos perante uma estratégia antecipadamente pensada². Desta forma opta por colocar D. Francisco de Lemos num local decisivo logo em 1770: o método foi sempre colocar os *seus* nos lugares a controlar³, o que explica também a nomeação, dois anos depois, para Conselheiro da Junta de Providência Literária.

Depois do breve mas indispensável esclarecimento é necessário referir que o objetivo principal deste artigo irá consistir na resposta à seguinte questão: qual a ação de D. Francisco de Lemos, o Reitor, durante o momento que para sempre ficou conhecido como a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra? Será desde logo necessário esclarecer que a exposição não irá recair sobre a Reforma de 1772, embora de forma indireta seja impossível não o fazer; o que se pretende é procurar definir quanto da Reforma se ficou a dever ao Reitor.

¹ Os documentos relativos a tais nomeações estão disponíveis em Mário Alberto Nunes Costa, *Documentos para a História da Universidade de Coimbra (1750-1772)*, Vol. II, Coimbra, Por Ordem da Universidade de Coimbra, 1961, pp. 228, 229, 231 e 294.

² Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, 2ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 462.

³ José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império, 1495 – 1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 527.

Assim podemos adiantar que esta ação se divide em três momentos: o primeiro, onde a atuação do mesmo consiste na execução do estipulado pelos Estatutos de 1772; um segundo momento é marcado pela ausência de esclarecimentos nos ditos Estatutos, o que, por sua vez, levou o Reitor a ter que corresponder-se diretamente com Pombal, ficando assim como executante das ordens do mesmo; por fim, um terceiro instante onde é clara a liberdade de ação de D. Francisco de Lemos em várias matérias. Escusado será dizer que esta última parte é a que mais importa para esta exposição.

1. A fonte e a metodologia usada

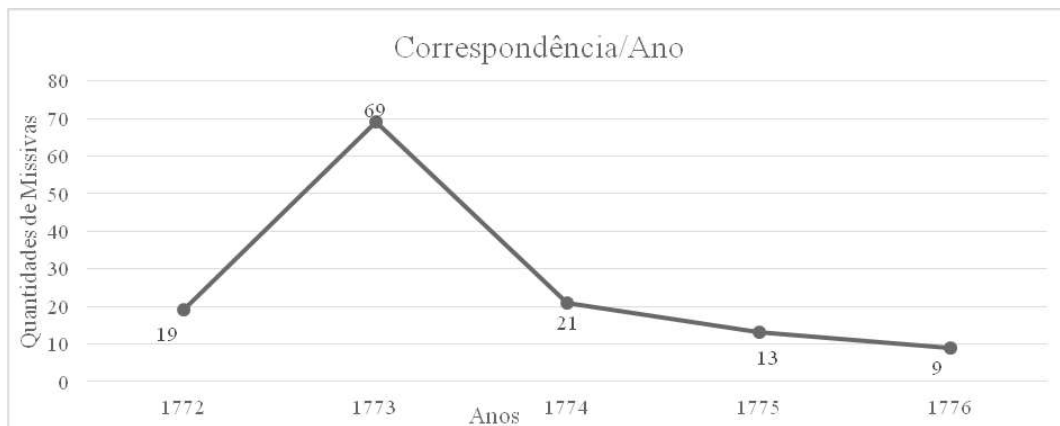
Para conseguir responder à questão acima levantada propus-me analisar a vasta correspondência trocada entre o Ministro de D. José e D. Francisco de Lemos⁴, no seu essencial já publicadas por Teófilo Braga e Manuel Lopes de Almeida. E foi também possível acrescentar a estas mais algumas de D. Francisco de Lemos, inéditas, encontradas na Torre do Tombo. Como complemento indispensável, utilizei outra fonte primária já bem conhecida, cotejando-a com as ditas cartas: trata-se da *Relação Geral do estado da Universidade*, da autoria do Reitor.

Passando então à análise mais genérica da fonte, foi possível ver que as 131 missivas cobrem um período de cinco anos que se inicia em 15 de outubro de 1772, um mês depois de Pombal ter abandonado Coimbra, e termina no dia 10 de dezembro de 1776, pouco antes da morte do monarca e da saída do valido.

Se atentarmos ao Gráfico 1 podemos ver que um ano sobressai, 1773: com 69 missivas trocadas este é claramente o período de mais intensa correspondência. Com números bem mais modestos, sucedem-se 1774, com 21 cartas, 1772 com 19, 1775 com 13 e, por fim, 1776 com 9.

⁴ 84 do Ministro e 47 do Reitor, o que originou um total de 131 missivas.

Gráfico 1



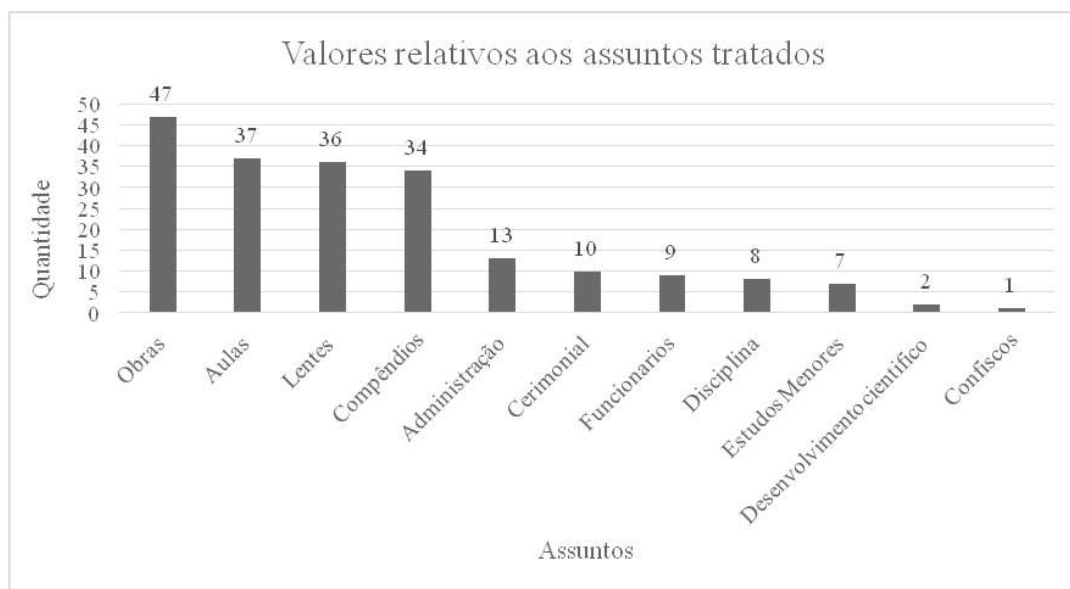
Legenda: Dados da correspondência por ano.

Assim falamos de um período relativamente curto mas intenso. De tal forma que Fernando Taveira da Fonseca afirmou que teria existido mais do que um correio a tratar da correspondência entre ambos⁵.

maior parte das cartas analisadas incluem referências a mais do que um assunto, que decidi analisar individualmente. Enquadrei-as então em assuntos (11) e depois em grupos mais abrangentes (3).

E o que ficou desde logo visível foi que a

Gráfico 2



Legenda: Quantidade de referências encontradas sobre cada assunto (para um total de 131 missivas).

⁵ Fernando Taveira da Fonseca, "Comunicações institucionais: A Universidade de Coimbra." in *As Comunicações na Idade Moderna*, coord. Margarida

Sobral Neto, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, p. 227.



Se atentarmos ao Gráfico 2 podemos ver que o assunto mais discutido entre ambos foi mesmo as *Obras* que a nova Reforma exigiu (com 47 referências) e, por isso mesmo, decidi criar um único grupo para esse assunto (*Os novos estabelecimentos universitários*). Neste, não sobressai apenas o diálogo sobre a construção dos novos estabelecimentos, mas também sobre as várias aquisições de terrenos, instrumentos e contratação da mão-de-obra.

De seguida, e já num segundo grupo (*A questão do ensino*) a divisão é bem maior. Neste conjunto é possível ver uma considerável preocupação quanto às *Aulas* (com 37 referências), *Lentes* (36) e *Compêndios* (34). Os restantes assuntos que completam este grupo têm uma representação bem menor, destacando-se em primeiro lugar a *Disciplina* e os *Estudos Menores* (8 e 7 referências respetivamente) e o *Desenvolvimento Científico* (2). Quanto à primeira, foi evidente a ação de D. Francisco de Lemos que intervinha em todas as questões de indisciplina relativas aos Lentes, estudantes e funcionários da Universidade. E quanto aos estudos menores, é necessário esclarecer que as respetivas referências têm que ser entendidas num contexto não nacional mas local, respeitante ao Colégio das Artes em Coimbra.

Já os restantes assuntos foram incorporados num terceiro grupo (*A importância da administração*). Neste destacam-se claramente a *Administração* (com 13 referências), *Cerimonial* (10), *Funcionários* (9) e *Confiscos* (1). Se o primeiro tema é óbvio, no que respeita ao segundo, o maior problema foi mesmo a ausência de esclarecimentos nos Estatutos, o que suscitou várias dúvidas por parte do Reitor. Relativamente aos *Funcionários*, trata-se de contratações para a parte administrativa da Universidade.

Se a fonte analisada é capaz de nos fornecer informações importantes tem, contudo, carências que se devem, segundo creio, a correspondência ainda por encontrar. O que possuímos permite, mesmo assim, traçar um quadro coerente. Antes, porém, de passar a uma análise mais pormenorizada, importa

O intermediário entre o *arquiteto* e a sua *obra*. A atuação de D. Francisco de Lemos no seu primeiro reitorado (1770-1779).

esboçar um quadro breve donde constem as linhas gerais da Reforma de 1772.

2. Linhas gerais da Reforma de 1772

A reforma surgida pelas mãos de Pombal e dos seus, foi acima de tudo uma necessidade caracterizada por um objetivo final bem maior do que a própria instituição reformada. Ana Cristina Araújo define esse mesmo propósito da seguinte maneira, “É sob o signo da reforma intelectual e moral da sociedade, eixo de bem estar, progresso e felicidade, que o Marquês de Pombal, à semelhança de outros déspotas esclarecidos europeus, intenta secularizar as instituições de ensino, submetendo-as à tutela do Estado. [...] A educação encarada como um dever público, destinava-se a instaurar a crença numa ordem universal de valores que compatibilizasse o progresso do género humano, no respeito pela matriz cristã, com a finalidade técnica decorrente da utilidade social da ciência.”⁶. Esta necessidade cuja resposta foi a reforma de 1772, inspirou um clima de mudança que se deteta já a partir década de 40⁷. Na década seguinte, no início do seu governo, contudo, a preocupação de Pombal não recaiu nos estudos superiores mas sim no ensino primário e secundário, ou seja os estudos menores. O cuidado com a Universidade de Coimbra começa a ser evidente na década de setenta, embora o esboço de um plano de reforma já há muito estivesse a ser delineado⁸.

Desta forma importa então perguntar o que

⁶ Ana Cristina Araújo, “Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000, pp. 9 e 10.

⁷ Luís Mota, “A Reforma da Universidade enquanto projeto pedagógico (e social) de formação de elites”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 22, Coimbra, Faculdade de Letras, 2001, p. 504.

⁸ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal ...*, pp. 461 e 462. E não nos podemos esquecer que João Pereira Ramos já estaria até a preparar os Estatutos em segredo - ver Francisco António Lourenço Vaz, *D. Manuel do Cenáculo. Instruções pastorais, projetos de bibliotecas e diário*, Porto, Porto Editora, 2009, pp. 109-137; João Palma-Ferreira, “Excertos do «diário» de D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas”, in *Revista da Biblioteca Nacional*, nº 1, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.

significava a Universidade, ou por outras palavras, de que forma a instituição era vista pelos seus reformadores. A mesma autora recorre ao próprio D. Francisco de Lemos para responder a esta interrogação. A Universidade deveria então entender-se “como hum Corpo formado no seio do Estado, para, por meio de Sabios, que cria, difundir a Luz da Sabedoria por todas as partes da Monarchia; [...] Quanto mais se analisa esta ideia, mais relações se descobrem entre a Universidade e o estado; mais se conhece a dependência que tem estes dois Corpos um do outro e que as Sciencias não podem florescer na Universidade, sem que o Estado floresça, se melhore e se aperfeiçoe.”⁹. É esta a lógica subjacente à criação da Junta de Providência Literária, que gerou o *Compêndio Histórico* e os *Estatutos Pombalinos de 1772*. E é esta segunda obra que vai acabar por funcionar como *manual* para o Reitor: corresponsável na sua elaboração, a ele cabe a sua efetiva realização prática.

Assim podemos ver que esta *refundação* trouxe uma série de inovações e modificações profundas, de tal forma que Rómulo de Carvalho afirmou que aquilo que então se pretendia fazer seria algo sem precedentes, sem qualquer modelo anteriormente realizado¹⁰. Uma das novidades mais evidentes seria mesmo o acolher de um novo método denominado de sintético-demonstrativo-compendiário que colocava novas funções aos Lentes. Deveriam estes resumir a matéria ao essencial, para assim a expor, e só depois partir para as questões de maior complexidade, tudo isto com o apoio imprescindível dos novos compêndios¹¹. E a eles exigia-se que fossem também mestres e inventores¹².

O conhecimento deveria estar marcado por um cunho racional e científico, o estudo da evolução histórica deveria ser também

uma importante ferramenta a usar pelos estudiosos¹³. A dimensão disciplinar foi tida em conta, pautada pela exigência: nesse sentido basta apenas apontar para as determinações relativas a dois momentos fundamentais, a admissão e a avaliação de conhecimentos¹⁴.

O que ficou visível, de forma muito breve foram apenas algumas inovações que me pareceram importantes quanto à Reforma de 1772, embora outras pudessem ser mencionadas como: o abandono do método especulativo, introdução de uma componente ligada a investigação, novas faculdades, varias mudanças nos planos de estudos, novos edifícios, incorporação do Colégio das Artes; ou por outras palavras, uma clara tentativa de tentar alcançar os desenvolvimentos científicos mais avançados da época. De um modo geral, poder-se-á afirmar como António Filipe Pimentel que “a drástica intervenção tinha por finalidade constituir, sobre a antiga malha corporativa de imunidades e privilégios imemoriais, uma instituição de ensino moderna e esclarecida [...] A obra assim delineada tinha por isso, também, um nome adequado: Nova Fundação.”¹⁵.

¹³ Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra. Marcos da sua história*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 42.

¹⁴ Para entender de forma mais pormenorizada estas regras de admissão e de avaliação ver Fernando Taveira da Fonseca, “A dimensão pedagógica da Reforma de 1722, alguns aspectos.” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000, pp. 46, 47, 48, 53 e 54. Quanto ao plano de estudos dos vários cursos e as respetivas alterações de forma mais detalhada, poderá ver-se também: Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra...*, pp. 42 e 45, Manuel Augusto Rodrigues, “Alguns aspectos da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra – 1772” in *Pombal Revisitado, Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, Vol. 1, nº 34, Lisboa, Editorial Estampa, 1984, p. 219 e, também, Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal ...*, pp. 470 a 479.

¹⁵ António Filipe Pimentel, “Cidade do saber/cidade do poder. A arquitetura da Reforma.” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000, p. 265.

⁹ Ana Cristina Araújo, “Dirigismo cultural ...”, pp. 37 e 38.

¹⁰ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal ...*, pp. 465 e 466.

¹¹ Mário Júlio de Almeida Costa, Rui de Figueiredo Marcos, “Reforma Pombalina dos Estudos Jurídicos”, in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000, p. 111.

¹² Ana Cristina Araújo, “Dirigismo cultural ...”, p. 37.



3. Os novos estabelecimentos universitários

Com as novas exigências trazidas pela Reforma a Universidade passou a organizar-se em torno de seis faculdades – Matemática, Filosofia, Teologia, Cânones, Leis e Medicina. A reestruturação da Faculdade de Medicina e as novas Faculdades de Matemática e Filosofia levou a que fosse necessário criar um vasto número de equipamentos que até então não existiam. Foi construído o Observatório Astronómico no caso de Matemática e o Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico, o Laboratório Químico e o Gabinete de Física Experimental para Filosofia. Já para Medicina foi criado o Hospital Escolar, o Dispensatório Farmacêutico e o Teatro Anatômico¹⁶. A juntar a estes é necessário fazer também referência às intervenções no Paço das Escolas, no Colégio das Artes e na criação da Imprensa. Estas mudanças, para além do seu lado mais prático, têm também que ser entendidas como uma rutura ideológica com o passado: “Estes novos estabelecimentos deveriam alargar os horizontes da cultura científica portuguesa, retirando-a da situação considerada deplorável em que se encontrava, e aproximá-la dos padrões dos países avançados.”¹⁷.

Assim ao procurarmos definir a ação de D. Francisco de Lemos, deveremos ter em conta também este último aspeto: na *Relação* esclarece-nos que a sua atuação consistiu no cumprimento dos Estatutos e “em fazer fabricar os Edifícios para os Estabelecimentos Literarios das Tres Faculdades [...] e em arranjar, e decorar o Grande Edificio dos Paços Reaes das Escolas [...] e de obras para o uzo, e comunicação interior das suas Officinas.”¹⁸. E desta forma ficamos com uma breve introdução dada pelo próprio e que procurarei agora explanar.

De todas as missivas atrás referidas que foram analisadas, a temática *Obras* sobressai pela frequência, o que por sua vez logo nos leva a concluir que foi, senão a maior, uma das maiores preocupações de ambos os interlocutores. Este tema prolonga-se de 1772 até 1775, período de maior intensidade quanto às construções exigidas.

O ano que menos informação nos deu quanto à ação de D. Francisco de Lemos relativamente às construções foi mesmo o primeiro, 1772, o que é compreensível por a reforma se ter iniciado, na prática, apenas em outubro. Mas esta realidade muda drasticamente em 1773, onde através das muitas cartas já é possível detetar um interessante padrão.

3.1. O Regimento das obras da Universidade

Um documento já transcrito por Pedro Dias merece figurar como reflexão inicial: “Trata-se de um pormenorizado rol de princípios que deveriam ser seguidos nos estaleiros conimbricenses que haviam sido montados com o fim de reconstituir, adaptar ou fazer desde os fundamentos os edifícios que deveriam acolher as renovadas instituições de investigação e ensino.”¹⁹.

A primeira referência aparece-nos logo no início de 1773, mais precisamente a 18 de janeiro: o Reitor mostra-se deveras preocupado com a administração das muitas obras que então se realizavam e procede a um registo escrito que lhe permitisse um melhor conhecimento e que depois foi enviado para Pombal²⁰. Este responde, no dia 12 de fevereiro, referindo que o Regimento organizado pelo Reitor “...o Regimento que V. S.^a minutou com grande acerto” fora por si confirmado e de novo

¹⁶ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal* ..., p. 466.

¹⁷ Décio Ruivo Martins, “A Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra de 1772 a 1911”, p.3, [Consultado em 22/04/2015]. Disponível em http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/facilonatural/afac

¹⁸ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral do estado da Universidade (1777)*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1980, p. 8.

¹⁹ Pedro Dias, “O Regimento das Obras da Universidade de Coimbra ao tempo da Reforma Pombalina” in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Vol. VI, Coimbra Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983, p. 335.

²⁰ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra. Nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*, Tomo III, Lisboa, Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898, p. 489.

enviado²¹. E só a 2 de março é que o ministro volta a referir-se ao Regimento tornando assim a autoria do mesmo bem mais clara: “A Carta de V. S.^a, que trouxe data de 22 de fevereiro accuza estar já V. S.^a entregue do Regimento [...]; e contém hum louvavel testemunho do vigilante cuidado, com que V. S.^a se emprega na honrosa execução dos Estabelecimentos Literarios”²². Os termos utilizados por Pombal nestas missivas dão a entender que a autoria do Regimento foi do Reitor. Para Pedro Dias, contudo, D. Francisco de Lemos não teria sido o autor por não ter conhecimentos suficientes nesta matéria²³. O mesmo autor aponta mais duas hipóteses quanto à autoria: a primeira, que ele teria sido elaborado em conjunto com o arquiteto Elsdén; uma segunda, em que o Regimento de Coimbra teve como base o desaparecido Regimento das Obras de Lisboa²⁴. As razões expostas têm, sem dúvida, um peso importante mas nas missivas analisadas sobressai a conclusão de que o Reitor teria sido o autor²⁵.

Que este poderia ter sido auxiliado ou que a sua estadia em Lisboa poderia ter sido decisiva para a elaboração do documento, não deve ser posto de lado. Mas se analisarmos o Regimento²⁶, podemos ver que o que se pretende é criar uma estrutura hierárquica, delineadora de funções, e que tinha como preocupação o rendimento dos trabalhadores, os custos e o cuidado com os instrumentos e materiais de trabalho. E esta preocupação com o controlo, principalmente com as despesas, era de tal

forma importante que leva o Reitor a tomar uma outra medida em 1774, que consistia no registo de uma relação da despesa mensal que posteriormente seria enviada para Pombal²⁷. E não podemos esquecer que foi D. Francisco de Lemos que supervisionou pessoalmente as muitas obras realizadas no âmbito da Reforma e que a ele se deve a fábrica de telha criada em Coimbra. Portanto, entender que não teria conhecimentos na matéria não me parece de todo correto. E também não nos podemos esquecer que nas suas sucessivas deslocações sempre se fez acompanhar por lentes e outras pessoas entendidas.

3.2. A nova Imprensa

Manuel Augusto Rodrigues entende a Imprensa como uma das marcas mais notáveis da Reforma²⁸; já para Teófilo Braga a criação deste equipamento universitário tinha também uma importante vertente financeira já que se esperava que em pleno funcionamento pudesse ser uma fonte de rendimento²⁹. Mas como o título indica, a Imprensa, a nova, vinha substituir uma outra já existente.

Mesmo antes da extinção da ordem jesuítica deu-se a apreensão dos seus bens, estando entre estes os pertences da imprensa do Real Colégio das Artes que foram logo aproveitados para uma tipografia universitária que durou até 1772³⁰. Mas Sebastião José de Carvalho e Melo não ficou por aqui e pouco depois volta a ver uma oportunidade para garantir um importante auxílio para a futura imprensa

²¹ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina*, Vol. I (1771-1782), Coimbra, Por Ordem da Universidade de Coimbra, 1937, p. 70.

²² Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 80.

²³ Pedro Dias, “O Regimento das Obras da Universidade...”, p. 336.

²⁴ Pedro Dias, “O Regimento das Obras da Universidade...”, p. 337.

²⁵ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 120.

²⁶ O Regimento foi transcrito por dois autores, Pedro Dias, “O Regimento das Obras da Universidade...”, pp. 339 a 348 e, também, por Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Reitor da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Dissertação para a Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1955, pp. I a XXIII.

²⁷ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., pp. 559 e 560.

²⁸ Manuel Augusto Rodrigues, “Alguns aspectos da Reforma ...”, p. 218.

²⁹ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 556.

³⁰ José Antunes, “Notas sobre o sentido ideológico da Reforma Pombalina. A propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra.” in *O Marquês de Pombal e o seu tempo*, Tomo II, Coimbra, Revista de História das Ideias, 1982, p. 147. Mas para saber mais sobre a vida desta imprensa antes da Reforma ver Fernando Taveira da Fonseca, “A Imprensa da Universidade no período de 1537 a 1772” in *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da história*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001.



com a extinção da Academia Litúrgica em 1767³¹. Desta forma podemos ver que Pombal começou desde cedo a preocupar-se com a Imprensa.

A ordem do ministro, ainda em 1772, impunha a mudança para o Claustro da Sé Velha ³² e, logo depois, para um alargamento necessário, ordena a aquisição de algumas casas e quintais adjacentes ao edifício destinado à Imprensa³³. A estas tarefas dedicou-se logo o Reitor e, em 18 de janeiro de 1773, indica a Pombal que a mudança e as aquisições se tinham realizado³⁴. De seguida, em 12 de fevereiro, o mesmo responde a D. Francisco de Lemos e felicita-o pela sua ação e pelo negócio realizado na aquisição das casas e terrenos que, segundo o mesmo, foram relativamente baratas³⁵. Mas ao contrário do que possa parecer, a ação do Reitor não foi a de mero cumpridor de ordens. As restantes missivas são bem claras quanto às suas movimentações.

A 24 de junho D. Francisco de Lemos informa que as obras na Imprensa estão praticamente concluídas e que apenas restaria finalizar o interior do edifício³⁶. Mas ao Reitor ainda coube ordenar aquilo que Teófilo Braga entendeu como “totalmente privado do sentimento da arte e do bello”³⁷, referindo-se à decisão de mandar demolir a Torre da Sé, já que o Reitor entendia que tirava a comunicação, o sossego e a luminosidade à nova Imprensa³⁸. E é só no ano seguinte, em 30 de junho, data da última missiva sobre as obras no edifício da Imprensa,

³¹ José Antunes, “Notas sobre o sentido ideológico da Reforma...”, p. 147.

³² José Antunes, “A Imprensa da Universidade na Reforma Pombalina” in *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da história*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001, p. 59.

³³ José Antunes, “Notas sobre o sentido ideológico da Reforma...”, p. 150.

³⁴ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 467 e 468.

³⁵ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma ...*, p. 70.

³⁶ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 493.

³⁷ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 493.

³⁸ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 507.

O intermediário entre o *arquiteto* e a sua *obra*. A atuação de D. Francisco de Lemos no seu primeiro reitorado (1770-1779).

que Pombal felicita a *sua criação* pela decisão.

O que daqui podemos concluir é que D. Francisco de Lemos tinha uma grande liberdade de decisão. Neste caso toma a deliberação, executa-a e só depois informa Pombal. O que nos prova também a grande dose de confiança que foi depositada na sua pessoa.

3.3. A remodelada Faculdade de Medicina

Como vimos, a Faculdade de Medicina viu-se enriquecida com três novos estabelecimentos, o Hospital, o Teatro Anatómico e o Dispensatório Farmacêutico. Tudo isto representava também uma nova forma de entender a ciência em questão, onde se incluía uma vertente baseada na observação e na experimentação³⁹. O Hospital teria como função uma vertente de cariz pedagógico e prático, já o Teatro seria o palco da experiência anatómica. E o Dispensatório forneceria os remédios e formaria alunos em farmácia; em todos triunfava assim também uma responsabilidade pública⁴⁰.

Embora nesta altura a cidade já tivesse instituições hospitalares nenhuma delas estava direcionada para o ensino, nenhuma delas teria as condições que a Reforma exigia definindo-se então que a necessidade levaria à criação de uma nova instituição⁴¹. Assim ficou decidido que este Novo Hospital seria albergado pelo Colégio que pertenceu aos Jesuítas. No período de 1772 a 1775 é perceptível que o hospital foi uma preocupação evidente. Em 21 de outubro de 1772 é visível a primeira tarefa incumbida ao Reitor: que consistia na passagem do Hospital Real para o

³⁹ João Pedro Miller Guerra, “A Reforma Pombalina dos Estudos Médicos” in *Pombal Revisitado, Comunicações ao Colóquio Internacional organizada pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, Vol. 1, nº 34, Lisboa, Editorial Estampa, 1984, p. 205.

⁴⁰ João Rui Pita, “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000, pp. 134 e 135.

⁴¹ João Rui Pita, “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica...”, p. 138.



Novo Hospital, e também para tratar da venda do estabelecimento que então vagava⁴². E é logo na sua resposta, a 23 de novembro, que é possível ver a ação do prelado. D. Francisco de Lemos mostra-se preocupado com o estado do local que iria receber as enfermarias, e nesse sentido entende que era necessário proceder a algumas demolições no interior permitindo assim uma melhor circulação; refere ainda que, devido a essa alteração, seria impossível lecionar no edifício e muda as aulas para o Hospital Velho⁴³.

No dia 27 chega a resposta de Pombal, aceitando o sugerido e avisando o Reitor de que as plantas do edifício estariam quase concluídas e que prontamente seriam enviadas para Coimbra⁴⁴. Mas para auxiliar não importavam apenas as plantas: o ano de 1773 fica marcado pela chegada de Elsdén a Coimbra, iniciando assim uma importante cooperação entre ambos que se estendeu a todos os edifícios. A colaboração é visível logo no dia 9 de julho quando o Reitor informa o Marquês de que foi decidido passar o Hospital para a parte superior do Colégio⁴⁵, mudança bem aceite por Pombal⁴⁶.

Outro auxílio importante foi também a Congregação de Medicina: não só o Reitor trabalhou em conjunto com este *corpo* como também funcionou como um intermediário deste e das suas decisões com o Marquês. Nesse sentido vai a missiva de 6 de abril de 1774 onde o Reitor indica que ainda não seria possível transferir os doentes para as novas instalações e propõe que para o Novo Hospital passe a total administração dos restantes estabelecimentos hospitalares⁴⁷. Esta ideia, já estipulada nos Estatutos, caiu nas graças

de Pombal que em 9 de maio refere ter de facto ordenado tal mudança⁴⁸. Mas as razões de tal união são mais complexas e referem-se à uma tendência europeia, aglutinadora de unidades mais pequenas em unidades maiores, a necessidade de ter vários doentes com maleitas variadas, e razões financeiras⁴⁹.

O que mais incomodava o ministro de D. José era a conclusão das obras neste edifício, de tal forma que é com agrado que recebe a informação de que o hospital se concluíra, podendo assim iniciar-se as lições para aí destinadas⁵⁰. Mas apesar desta boa nova, as restantes dependências do Hospital só ficaram completas em 1779, atrasando a plena entrada em funções do estabelecimento.

O edifício do antigo Colégio de Jesus foi também o escolhido para acolher o Teatro Anatómico. Em 1772, o Marquês delimita o local e o que nele se há-de fazer para receber o novo estabelecimento⁵¹. A concretização de mais este equipamento vinha acima de tudo brindar a união entre duas práticas distantes, a cirurgia e a anatomia, que a partir de 1772 se congregavam representando assim mais uma importante inovação da Reforma Pombalina⁵². Mas nas missivas analisadas as informações quanto ao Teatro não abundam, ficando-se apenas pelas referências a alguns instrumentos anatómicos. Pese embora a falta de dados, continua a ser possível ver a ação do Reformador. Em 22 de fevereiro de 1773 surge uma primeira informação, quando, para obviar à dificuldade que lhe fora assinalada por Luís Cecchi (não ter instrumentos para fazer dissecções), pede a Pombal que envie para a Universidade os instrumentos anatómicos e cirúrgicos já prontos, cuja ausência impossibilitava o início das demonstrações⁵³. E

⁴² Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 28.

⁴³ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 460.

⁴⁴ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 62.

⁴⁵ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 494 e 495.

⁴⁶ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 94 e 95.

⁴⁷ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 553.

⁴⁸ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 554.

⁴⁹ João Rui Pita, "Medicina, cirurgia e arte farmacêutica...", p. 139.

⁵⁰ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 214.

⁵¹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 438.

⁵² João Pedro Miller Guerra, "A Reforma Pombalina", p. 195.

⁵³ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ...,



numa outra já é possível aprofundar um pouco mais a liberdade do Reitor, que propôs a Pombal que as aulas de anatomia, devido ao decorrer das obras, passassem para o Colégio das Artes⁵⁴. Não foi possível determinar a resposta de Pombal mas, a julgar pelas palavras de D. Francisco de Lemos na *Relação*, ela foi positiva pois é o próprio que refere que a transferência se deu de facto⁵⁵. Quanto aos instrumentos por si pedidos não foi possível conhecer o dia exato da chegada, apenas se sabe que em 18 de maio de 1773 já se encontravam em Coimbra e, segundo o Reitor, as demonstrações já teriam até começado⁵⁶.

Mas se esta mudança solucionou o problema, uma outra consequência poderia ter criado como refere João Rui Pita: esta instabilidade poderia ter gerado a saída precoce do mesmo Lente acima referido, Luís Cecchi⁵⁷.

Quanto ao Dispensatório, que também teve como sede o Colégio, as informações não abundam. A primeira referência data já de 1773, altura em que o Reitor já se fazia acompanhar pelo arquiteto Guilherme Elsdén. No dia 9 de julho escreve D. Francisco de Lemos a Pombal informando-o do envio das plantas de alguns estabelecimentos, incluindo do Dispensatório, e apresenta-lhe algumas alterações pensadas em conjunto com o arquiteto⁵⁸. Entende assim que seria mais conveniente colocar o Dispensatório no plano inferior do Colégio e que para o seu bom funcionamento se devia demolir a capela, para assim nascer a entrada principal⁵⁹. Em resposta⁶⁰, o Marquês, a 15

p. 479.

⁵⁴ Carta de 1 de março de 1773, Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

⁵⁵ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 124.

⁵⁶ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 483.

⁵⁷ João Rui Pita, "Medicina, cirurgia e arte farmacêutica...", p. 144.

⁵⁸ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 494 e 495.

⁵⁹ A ideia da demolição vai ao encontro do já estipulado por Pombal, mas ao Reitor e ao arquiteto coube aproveitar o novo espaço que então se abria com a demolição.

⁶⁰ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma ...*, pp. 94 e 95.

O intermediário entre o *arquiteto* e a sua *obra*. A atuação de D. Francisco de Lemos no seu primeiro reitorado (1770-1779).

de julho, aceita as indicações para a melhor serventia, prova de que as opiniões do Reitor tinham um peso determinante e assim foi principalmente após a chegada de Elsdén.

Quanto ao andamento das obras não foi possível tirar mais informações, apenas uma outra missiva tem referências a essa continuação e data já de 1774. Aí se refere que o Marquês teria sido anteriormente informado que as obras ainda não tinham cessado⁶¹. Terminaram apenas em 1779 e, para além do Colégio, incluíram também um importante acrescento, os edifícios contíguos à Igreja⁶². Mas a cuidar pelas palavras do próprio Reitor, mesmo antes do fim das obras começaram a ser realizadas as demonstrações práticas⁶³.

O que daqui podemos concluir é que o Reitor se mostrou ativo: não só tomou decisões como também se preocupou em sempre dar a sua opinião. E se para isso teve liberdade, também é certo que teve consigo um importante conselheiro, chegado em 1773 e assim em melhor posição ficou para facilmente alcançar a concordância de Pombal quanto ao que se devia fazer.

3.4. O novo estabelecimento da Faculdade de Matemática

A Faculdade de Matemática foi também *invadida* pelo experimentalismo e, nesse sentido, viu-se então apetrechada com o Observatório Astronómico. As expectativas que recaíam sobre este estabelecimento eram elevadas e é o próprio D. Francisco de Lemos que enfatiza a sua necessidade, ao assinalar "a perfeição particular da Geographia, e Navegação, que tem merecido em toda a parte a atenção dos Soberanos, fazendo edificar Observatorios Magnificos destinados ao progresso da Astronomia, como Sciencia necessária para se conseguir o Conhecimento do Globo Terrestre, e se terem nas mãos as

⁶¹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 559.

⁶² João Rui Pita, "Medicina, cirurgia e arte farmacêutica...", pp. 147 e 149.

⁶³ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 125.

Chaves do Universo.”⁶⁴.

Depois de escolhido o local pelo Marquês, começou logo a ação do Reitor embora nas missivas analisadas não seja possível seguir esses passos iniciais. Daí ser necessário uma breve abordagem à *Relação*. Mais uma vez ficou patente que não se dedicou a esta tarefa sozinho. Elsdén, mas também alguns lentes, marcaram presença assídua. Desde logo D. Francisco de Lemos entende que era necessário reunir os vários lentes para assim ser aconselhado quanto aos passos a seguir relativamente às proporções do novo edifício⁶⁵. Nas cartas, contudo, já nos finais de 1772 é possível detetar outras preocupações. A que se colocou em primeiro lugar na mente do Reitor foi mesmo a necessidade de assegurar a chegada dos instrumentos: se é verdade que tal se justificava para ter tudo pronto a tempo das aulas, não deixa também de demonstrar alguma pressa, pois o andamento das obras do novo edifício ainda era muito incipiente. O que por sua vez também poderá já querer dizer que poderia ter entendido que não seria possível terminá-lo a tempo e estaria já a trabalhar numa alternativa para não lesar as aulas, como acabou por acontecer.

A 2 de novembro de 1772 o reitor refere a Pombal que seria essencial tratar do envio de alguns instrumentos necessários para as demonstrações práticas⁶⁶. Já na resposta de dia 30 do mesmo mês, o ministro mostra-se compreensivo quanto ao pedido, tratando de ordenar o envio dos instrumentos já prontos e procurando dar despacho àqueles que não estivessem em condições, através do seu envio para a Inglaterra para aí se comporem⁶⁷. Nesta mesma missiva fica também claro que o Lente Miguel Antonio Ciera foi um importante auxílio do Reitor. A resposta a esta dá-se apenas no ano seguinte, a 3 de fevereiro de 1773, quando o reitor acusa a chegada dos ditos instrumentos ao porto da Figueira e depressa trata de

assegurar a sua vinda para Coimbra⁶⁸.

Quanto às obras em si também é possível ver a mão de D. Francisco de Lemos. As informações começam apenas em abril de 1773 quando o mesmo informa o Marquês que a demolição do Castelo ainda está em curso. Mas nesta mesma missiva é também informado que após a deliberação dos seus colaboradores mais próximos foi decidido manter a Torre Velha que passaria a albergar o outro observatório, para as observações ordinárias, e desta forma ajudaria também no controlo das despesas⁶⁹. Mas a resposta a esta sugestão ainda não era conhecida em 24 de junho, onde o reitor apenas reporta que as demolições ainda se sucedem e que as plantas ainda estão em elaboração⁷⁰, o que rapidamente nos transporta para um considerável atraso. Esta preocupação com as plantas foi visível: estas, na altura estariam a cargo de Elsdén e só depois de setembro de 1773 é que deveriam ter rumado a Lisboa⁷¹. Nas restantes missivas não foi possível voltar a encontrar referências quanto às mesmas plantas, mas sabemos apenas que estas foram rejeitadas por Pombal devido à sua sumptuosidade⁷².

Nas restantes cartas encontradas as informações são bastante breves indicando a continuidade das obras, como acontece na de 2 de dezembro, onde refere que se estão a construir os alicerces para o Observatório⁷³, e numa outra de 30 de junho de 1774, onde apenas se alude à continuidade das mesmas e também ao atraso que as afetava⁷⁴.

⁶⁸ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 470.

⁶⁹ Carta de 9 de abril de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

⁷⁰ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 493.

⁷¹ Isto porque é o próprio Reitor que numa missiva da mesma data informa que as plantas já se encontravam na fase final da sua elaboração - ver Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 505.

⁷² Carlos Fiolhais, Décio Martins, *Breve história da ciência em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 43 e 44.

⁷³ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 542.

⁷⁴ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 560.

⁶⁴ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 126.

⁶⁵ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 126.

⁶⁶ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 443.

⁶⁷ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 464.



Não se limitou, contudo, D. Francisco de Lemos a informar. Voltando à *Relação*, podemos ver que, devido ao evidente atraso, o próprio Reitor teve que tomar a decisão de mandar construir um Observatório bem mais modesto no terreiro do Paço das Escolas para que as demonstrações não se atrasassem, um sinal claro de que, face às dificuldades, o Reitor não deixou de procurar soluções para permitir o bom andamento das aulas⁷⁵.

3.5. Os novos estabelecimentos da Faculdade de Filosofia

A Faculdade de Filosofia foi definitivamente uma das mais apetrechadas pela Reforma de 1772. Como vimos, quatro novos edifícios passaram a enriquecer a recém-criada Faculdade. Mas entre estes e a julgar pelas referências encontradas é possível definir desde logo uma hierarquia. O Jardim Botânico, “no qual se mostrem as Plantas vivas úteis às Artes em geral”⁷⁶, foi claramente a maior preocupação de ambos⁷⁷. A sua proximidade relativamente à Universidade era uma obrigação imposta nos Estatutos, mas este tinha não só a função de servir a Filosofia como a Medicina⁷⁸. Inicialmente o

⁷⁵ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 127.

⁷⁶ A. M. Amorim da Costa, “As ciências naturais na Reforma Pombalina da Universidade «Estudo de rapazes, não ostentação de príncipes».” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000, p. 169.

⁷⁷ Esta ideia da criação de um jardim Botânico não era nova. Ainda antes da Reforma, em 1731, já teria sido apresentado um plano, para o mesmo fim, da autoria de Jacob de Castro Sarmiento, ao então reitor Francisco Carneiro de Figueiroa - ver Joana Brites, “Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: contraponto entre a Arte e Ciência” in *Transnatural*, Coimbra, Artex, 2006, p. 31, e também, Joana Brites, “Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: de Vandelli a Júlio Henriques (1772 - 1873).” in *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal*, Vol. 39, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2006, pp. 12 e 13. Neste sentido ver também Fernando Taveira da Fonseca, “O Jardim Botânico no contexto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra (1772)” in *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a Região da Prata*, Frankfurt/Maine, TFM – Teo Ferrer de Mesquita, 2006.

⁷⁸ [s. a.], *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, Livro III, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1972, p.

O intermediário entre o *arquiteto* e a sua *obra*. A atuação de D. Francisco de Lemos no seu primeiro reitorado (1770-1779).

terreno fora cedido pelos padres Bentos, como é referido na *Relação*, e aqui começa a ação do Reitor num caminho que não foi fácil⁷⁹. A 7 de novembro de 1772 Pombal dirige-se a D. Francisco de Lemos incumbindo-o de analisar o terreno cedido⁸⁰. Nesta missiva sobressaem também aqueles que de perto trabalharam com o Reitor: um deles, já mencionado, Ciera e também Vandelli que, em conjunto com o primeiro, ficaram de avaliar e demarcar o local destinado ao Jardim. O cumprimento de tal tarefa foi demorado, aconteceu só depois de 3 de fevereiro de 1773 e a razão é simples, os lentes incumbidos de acompanhar o Reitor tinham entretanto chegado a Coimbra e a estes juntaram-se, por ordem do prelado, Dallabella e outros⁸¹.

A tarefa deste grupo foi de grande utilidade, como ficou visível na resposta do Marquês. Não só avaliaram o terreno como também realizaram apontamentos para Elsdén que estaria a chegar à cidade⁸². E o que estas anotações deveriam referir seriam mesmo as contrariedades do local proposto. A carta de 22 de fevereiro, do Reitor, é bem clara quanto à preocupação que atormentaria o prelado. Depois da análise e da deliberação com os seus conselheiros, decidiu que esse local não seria propício por ser demasiado íngreme e que qualquer intervenção de correção seria demasiado dispendiosa⁸³. De forma a resolver o problema continua à procura e acaba por achar um terreno mais propício às necessidades exigidas. Próximo do proposto, este novo local achava-se nas imediações da Universidade como era requerido, do aqueduto da cidade e, para além disso, era de forma regular e abastecido de água, tornando assim a despesa de adaptação menos elevada⁸⁴. Tal ideia é,

266.

⁷⁹ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 132.

⁸⁰ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 52 e 53.

⁸¹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 470.

⁸² Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 69.

⁸³ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 479.

⁸⁴ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 80.



ainda na mesma missiva, submetida ao válido para que este diga de seu entendimento e ordene novas demarcações. O que não se fez esperar muito: em 2 de março de 1773 reage positivamente ordenando que logo se inicie a aquisição e as respetivas delimitações⁸⁵.

Mas após tal confirmação alguns problemas surgiram: de imediato o Reitor deu ordens para a aquisição, que se efetivou; quanto às demarcações foram atrasadas pelo menos duas vezes⁸⁶. A 30 de março, notícia que Elsdén as fará nesse dia⁸⁷. Mas não terão, de facto, sido efetuadas. A sua maior preocupação chegava através de Elsdén, Dallabella e Vandelli que pretendiam um considerável aumento para o Jardim⁸⁸. Mas a resposta de Pombal quanto à sugestão foi demorada: em 3 de setembro foi necessário que o Reitor insistisse, repetindo o pedido⁸⁹. A tão desejada resposta acaba por chegar a 5 de outubro de 1773 refutando a vontade de todos⁹⁰. Pombal rejeita as novas alterações devido à sua sumptuosidade e custo excessivo, e incumbe o Reitor de elaborar um novo plano de cariz bem mais modesto⁹¹. Embora não fosse possível encontrar nenhuma carta que nos elucidasse quanto à reação do Prelado, sabe-se apenas que a ordem de Pombal foi seguida e posta em prática em 1774⁹². Mas mesmo esta sofreu alterações: D. Francisco de Lemos apesar da negativa de Pombal volta a referir a necessidade de

aumentar o Jardim e, ao contrário da primeira tentativa, consegue então a autorização para adquirir um terreno próximo ao escolhido⁹³.

Este acaba por ser adquirido nesse mesmo ano, embora não se tenham encontrado mais missivas quanto ao assunto. Bernardo Correia de Azevedo Morato foi nesta fase o administrador e ainda no mesmo ano, Pombal envia para Coimbra Júlio Mattiazzi, jardineiro do Real Jardim, para que este então se encarregasse das plantações⁹⁴.

Logo de seguida, tendo em conta a assiduidade com que ambas as partes discutiam sobre os vários estabelecimentos, surge o Gabinete de Física Experimental. Este, juntamente com o Gabinete de História Natural, teria como sede uma parte do Colégio dos Jesuítas. O objetivo de tal criação ia ao encontro de uma necessidade mais prática, pois seria neste gabinete que ficariam os instrumentos das lições de Física⁹⁵.

A 27 de novembro de 1772 escrevia Pombal ao Reitor avisando-o de uma importante doação para o Gabinete da Universidade. O Marquês trata de garantir a transferência do espólio que pertencia ao Colégio dos Nobres de Lisboa para a Universidade⁹⁶. Nesta mesma missiva é possível ver o quanto Pombal se interessou por este estabelecimento, chegando mesmo a referir que pretendia que fosse o mais completo da Europa. E nesse sentido começa desde logo a garantir que este seria apetrechado com mais de 500 máquinas⁹⁷.

⁸⁵ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 81.

⁸⁶ Carta de 10 de março de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

⁸⁷ Carta de 30 de março de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

⁸⁸ Carta de 9 de abril de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711. A mesma ideia foi já referida por A. M. Amorim da Costa, "As ciências naturais...", pp. 178 e 179 e, também, Carlos Fiolhais, Décio Martins, *Breve história...*, p. 46.

⁸⁹ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 508.

⁹⁰ Para ver informações mais detalhadas sobre o sumptuoso plano, as influências que motivaram esse mesmo plano e os seus autores, ver Joana Brites, "Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: de Vandelli ...", pp. 18 a 20 e 23.

⁹¹ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 104 a 106.

⁹² Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 133.

⁹³ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 164.

⁹⁴ A. M. Amorim da Costa, "As ciências naturais...", p. 180.

⁹⁵ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, pp. 128 e 129.

⁹⁶ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 62 e 63. O mesmo foi já referido por, Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 470 e por, Décio Ruivo Martins, "As ciências físico-matemáticas em Portugal e a Reforma Pombalina". in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000, p. 220.

⁹⁷ Mas o número chegou mesmo a ser bem superior. Décio Martins aponta para um total de 600 máquinas, Décio Ruivo Martins, "As ciências físico-matemáticas...", p. 225.



No início de 1773, mais precisamente a 3 de fevereiro, acusa o Reitor a chegada das ditas máquinas para o gabinete⁹⁸. Mas inicialmente D. Francisco de Lemos não as alberga no local definido porque este não tinha condições. Decide assim que temporariamente seria melhor abrigá-las numa sala do Colégio das Artes, o que, por seu lado, pode desde logo elucidar-nos também sobre o andamento das obras. E tal ideia acaba por ser confirmada pelo mesmo quando em 22 de fevereiro refere que o estabelecimento ainda estaria a sofrer as intervenções necessárias⁹⁹. O Reitor vê-se então com liberdade para tomar nova decisão: tendo os instrumentos chegado ilesos e estando já a ser montados, decide que temporariamente se deveriam dar as aulas no Colégio das Artes superando assim as inconveniências do atraso das obras¹⁰⁰.

Tal ação foi bem acolhida pelo Marquês que, a 2 de março de 1773, felicitava o Reitor pelas soluções arrançadas¹⁰¹; não sem antes ordenar que, para a proteção das máquinas, estas se deveriam recolher no lugar que seria o dormitório, indicando, de acordo com o seu espírito de minúcia¹⁰², todas as alterações que se deviam fazer no edifício definitivo¹⁰³. Esta mesma carta terá gerado alguma confusão, pois vinha contrariar as decisões acima indicadas, tomadas por D. Francisco de Lemos, funcionando como um travão à sua ação. Assim, o Reitor procura criar um tempo de espera até que se alcance uma decisão¹⁰⁴. Desta forma o prelado prefere então não avançar em nenhuma das direções acabando por esperar por uma resolução do valido que, como vimos a 2 de março, surge favorável à

escolha do Reitor.

A 10 de março reporta o Reitor que as máquinas já se encontram praticamente instaladas na sala provisoriamente definida por si¹⁰⁵. Mas o local que iria servir de sede definitiva estava também na mente do Reitor. Depressa se procura inteirar do andamento das obras e logo começa a atuar. Em conjunto com Elsdén ordena algumas demolições, sendo a primeira uma das paredes do Colégio¹⁰⁶. Na mesma missiva D. Francisco de Lemos informa Pombal sobre uma outra demolição que, aos seus olhos, seria uma necessidade urgente, a Capela de S. Borja¹⁰⁷. A justificação prendia-se não apenas com o Gabinete mas também com o Teatro da Natureza, que passariam assim a beneficiar de uma entrada mais propícia e, para além disso, ficavam “todos estes edifícios desabafados; e com huma vista grandiosa, e m^{to} agradável.”¹⁰⁸. Mas a decisão sobre esta ideia foi demorada: a 18 de maio o prelado, depois de avisar que teria ordenado uma outra demolição, volta a insistir na urgência da opinião sobre a dita Capela¹⁰⁹. E esta surge só no final do mês seguinte quando o Marquês concorda com a ideia proposta¹¹⁰.

A demolição foi demorada e no início de julho ainda não estaria terminada, mas por esta altura o prelado tinha já novo pedido a fazer¹¹¹. Na mesma carta fica também visível que Pombal já estaria na posse das plantas para o estabelecimento; o Reitor volta a pedir uma célere decisão sobre as mesmas. E assim aconteceu: o ministro responde a 15 de julho aprovando os planos e ordenando que logo se

⁹⁸ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 470.

⁹⁹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 478.

¹⁰⁰ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 478.

¹⁰¹ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 81.

¹⁰² Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 178.

¹⁰³ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 77 e 78.

¹⁰⁴ Carta de 1 de março de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

¹⁰⁵ Carta de 10 de março de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

¹⁰⁶ Carta de 9 de abril de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

¹⁰⁷ Carta de 9 de abril de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711. Na mesma missiva é possível ver que o arquiteto tinha já feito também o mesmo pedido.

¹⁰⁸ Carta de 9 de abril de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

¹⁰⁹ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., pp. 483 e 484.

¹¹⁰ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 86.

¹¹¹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 495.



executassem¹¹².

A última missiva sobre o assunto é demasiado breve e surge já a 30 de junho de 1774 quando Pombal refere que teve conhecimento do andamento das obras que, segundo o mesmo, já estavam bem adiantadas¹¹³. O próprio Reitor dá a obra por acabada antes de 1777¹¹⁴, mas Teófilo Braga refere que os anos que se seguiram foram difíceis. E um dos problemas foi mesmo a falta de capacidade em adquirir equipamentos à altura das novas exigências resultantes do progresso¹¹⁵.

De seguida aparece-nos o Laboratório Químico, embora com menos referências que os estabelecimentos anteriores. Este também tem que ser entendido como um instrumento que ligaria os estudantes a uma vertente experimentalista e de observação¹¹⁶. Pombal entende então que este iria partilhar o antigo edifício dos Jesuítas, assentando no refeitório¹¹⁷.

Mais um vez o Reitor não hesita e faz de tudo para que a obra se cumpra. De novo volta a considerar ser necessário proceder a algumas demolições. O próprio indica, tal como também se vê na *Relação*, que o edifício não estaria em condições e logo procede à demolição de algumas paredes¹¹⁸. Tais alterações providenciadas pelo Reitor iam ao encontro das novas exigências que o novo estabelecimento necessitava¹¹⁹. A ideia da demolição da Capela, que como atrás vimos beneficiaria outros

estabelecimentos, ganha assim novo fôlego na cabeça do Reitor, que afirma ser necessário também para assim dar espaço entre o Laboratório e os demais edifícios¹²⁰. Logo de seguida entende que algumas das casas que então se encontravam próximas do Colégio das Artes teriam que ter o mesmo destino, procurando assim proporcionar uma melhor serventia ao edifício em questão. Rapidamente trata de tudo e compra as ditas casas para logo as mandar demolir¹²¹. Nesta decisão, a autonomia e a liberdade de D. Francisco de Lemos é bem visível. Este é mais um caso onde age de livre vontade, tomando decisões de relevo como foi o caso da aquisição que ficou em 171 mil réis e, consequentemente, trata de executar a demolição e só depois informa o valido.

Neste sentido a resposta de Carvalho e Melo é interessantíssima. A 5 de outubro de 1773 responde e não só aceita o que pelo Reitor foi decidido e ordenado, em termos de demolições, como determina que assim sempre se proceda em situações semelhantes¹²². Mas como vimos, esta autorização vem apenas oficializar o que o Reitor já de facto fazia, servindo-se de toda a confiança em si depositada.

Sobre o Laboratório, as restantes missivas não acrescentam notícias de relevo sobre a ação do Reitor: apenas se deve realçar a última, que data de 23 de novembro de 1775, e que aponta para a conclusão do mesmo¹²³.

Quanto ao outro estabelecimento, o Gabinete de História Natural ou o Teatro da Natureza, serviria “para se recolherem nelle os Productos Naturaes, que por qualquer via adquirir a Universidade”¹²⁴. Tendo também por sede, como já se referiu, o Colégio de Jesus, foi consideravelmente menos mencionado na correspondência entre ambos. As únicas

¹¹² Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 94.

¹¹³ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 560.

¹¹⁴ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 130.

¹¹⁵ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 470.

¹¹⁶ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, pp. 130.

¹¹⁷ António Filipe Pimentel, “Cidade do saber/cidade do poder ...”, p. 279.

¹¹⁸ Carta de 9 de abril de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711. E também, D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 131.

¹¹⁹ Márcia H. M. Ferraz, “A criação do Laboratório Químico da Universidade de Coimbra no final do Século XVIII” in *Divórcio entre cabeça e mãos? Laboratórios de Química em Portugal (1772-1955)*, ed. Ana Luísa Janeira, Maria Estela Guedes, Raquel Gonçalves, Lisboa, Livraria Escolar Editora, 1998, p. 34.

¹²⁰ Carta de 9 de abril de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

¹²¹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 505 e 506.

¹²² Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 103.

¹²³ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 214.

¹²⁴ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 128.



informações dizem respeito apenas a intervenções no edifício mas numa fase já relativamente adiantada: “e tudo fica muito capaz de poder ser já visto por qualquer curioso, q venha a esta Universidade.”¹²⁵.

Quanto à ação do prelado não se afasta muito do que já ficou exposto. O edifício escolhido não estava de forma alguma preparado para nenhum dos estabelecimentos que lhe foram destinados e daí a ação de D. Francisco de Lemos ser mesmo a adaptação, o que por sua vez exigiu diversas demolições e reconstruções.

Tal ideia é clara logo em 30 de março de 1773, quando refere que se demoliram algumas paredes e, também, a 9 de abril do mesmo ano, quando pede a demolição da Capela de S. Borja já que também ia beneficiar o Gabinete de História Natural¹²⁶. Em 18 de maio as obras ainda decorriam mas surge então a informação de que as aulas tinham passado para um local temporário¹²⁷. Embora não fosse possível definir quem ordenou tal mudança, será muito provável que esta se tenha devido ao Reitor. Não só por que ficou evidente a pressa com que este laborou para garantir que o início das aulas se dava a tempo, como também já teria tomado a mesma resolução em situações semelhantes. E tudo isto, mais uma vez, não foi contestado pelo válido. Como exemplo fica a missiva de 30 de junho de 1773, onde o mesmo reage positivamente a tudo o que fora feito¹²⁸.

Após estas missivas, poucas se seguem sobre o mesmo assunto e nada de novo trazem, levando assim a que se torne necessário destacar a última: data de 23 de novembro de 1775, ficando então já o Marquês com a informação de que as obras tinham terminado e que o Gabinete estaria pronto para as suas funções¹²⁹. Esta informação é confirmada pelo

¹²⁵ Carta de 10 de março de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

¹²⁶ Cartas de 30 de março e de 9 de abril de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

¹²⁷ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 482.

¹²⁸ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 85.

¹²⁹ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma*

O intermediário entre o *arquiteto* e a sua *obra*. A atuação de D. Francisco de Lemos no seu primeiro reitorado (1770-1779).

próprio Reitor que, dois anos depois, refere que já estaria a funcionar em pleno¹³⁰.

O que daqui podemos concluir é que de novo o Reitor volta a ter um papel ativo. Não como mero executante mas também como decisor. Mesmo que, para a decisão final tenha sempre que haver consonância entre os dois polos decisórios, Lisboa e Coimbra.

3.6. O Colégio das Artes e o Paço das Escolas

Não foram apenas as Faculdades, novas e restauradas, que exigiram reparações e adaptações: outros edifícios foram também intervencionados e de novo o Reitor foi decisivo.

Na *Relação*, D. Francisco de Lemos reporta tudo o que se fez tanto no edifício do Colégio das Artes como no Paço das Escolas. E desde logo se percebe que tiveram que sofrer várias e profundas alterações. E sinal disso mesmo é a frequência com que ambos são citados nas missivas, principalmente no ano de 1773. Contudo, de entre os dois, sobressai o Colégio e nesse sentido seguirá esta exposição. Na obra referida, o Reitor é claro quando diz que teve que tratar da intervenção a dois níveis, interno e externo¹³¹. Mas prestemos um pouco mais de atenção à sua ação usando a correspondência analisada. A nível interno o Reitor demonstrou bem cedo uma preocupação diferente daquilo que se poderia pensar. Decide então, como já vimos, usar o Colégio das Artes de forma parcial e temporária para acolher as aulas dos estabelecimentos que então ainda não se tinham terminado¹³². De seguida começa a tratar da organização interna do edifício e das suas funcionalidades, sugerindo assim uma mudança que consistia na trasladação do refeitório e restantes oficinas para o andar de baixo, já que na altura o Colégio teria várias salas não utilizadas¹³³. A esta ideia, que data

..., p. 214.

¹³⁰ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 130.

¹³¹ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 135.

¹³² Como foi o caso das aulas de Filosofia - ver Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 478.

¹³³ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 493.



de 24 de junho de 1773, responde Pombal positivamente seis dias depois, permitindo assim que da sugestão se passasse à ação.

Quanto às mudanças externas, o Reitor também se mostrou bastante ativo. O objetivo seria então apartar o edifício dos que o rodeavam, para assim lhe dar algum espaço e afastamento dos demais¹³⁴. Quando acima se disse que adquire umas casas para de seguida as demolir em benefício do novo Laboratório, a verdade é que esta decisão teve uma outra consequência. As casas de João António Bezerra eram vistas como um estorvo para as janelas das aulas do Colégio e também impossibilitavam o alargamento da rua, razões que para o Reitor foram mais que suficientes para as demolir¹³⁵. Desta forma conseguiu então o seu principal objetivo, de espaçar o edifício dos restantes. Já quanto às restantes missivas não foi possível concluir mais nenhuma ação de D. Francisco de Lemos neste domínio; podemos, contudo, destacar a última proveniente de Pombal e que data de 30 de junho de 1774, pela qual recebemos a informação de que tais obras ainda decorriam mas já se apresentavam adiantadas¹³⁶.

Relativamente ao Paço das Escolas, com breves referências nas missivas analisadas mas ainda assim bastante esclarecedoras, Genoveva Marques refere que a ação do prelado se fez sentir principalmente ao interior do edifício¹³⁷. Após a consulta da *Relação* é fácil chegar a essa conclusão: aí o Reitor é claro quando refere que o maior problema estaria mesmo na divisão interna¹³⁸. Já na fonte analisada as informações aparecem apenas em 1773, em 18 de janeiro, e apontam já para uma fase adiantada. Por esta altura o prelado já teria começado com as adaptações internas e, no sentido de melhorar a comunicação, ordena que se trabalhe o corredor interno para as aulas¹³⁹. Logo

depois, já aconselhado por Elsdén e tendo em conta a opinião do Marquês, procede a mais modificações. Decide então suprimir as grades de ferro na varanda do edifício para aí construir uma galeria de janelas para tornar toda a área mais confortável, sem vento e frio e, para além disso, continuaria servida com a luz que então já recebia¹⁴⁰.

Mas no mesmo ano apresentou-se um outro problema. Como é fácil de concluir, as aulas iniciaram-se e prolongaram-se durante o decorrer das obras. Estas, com todos os seus inconvenientes característicos, vinham afetar o bom funcionamento das aulas, o que era inconcebível para D. Francisco de Lemos. Assim, entende que seria necessário mudar a serventia das obras para outro local, para desta forma trazer a calma necessária e, para além disso, desviava todo o entulho criado para um outro local¹⁴¹. Para a criação de uma nova zona de serventia, o Reitor entende que seria benéfico criar um novo acesso e para isso manda demolir um edifício (um palheiro) para assim formar uma rua onde se pudesse circular¹⁴².

Outra ação do prelado tem a ver com a prisão académica. A ele se deve a mudança desta, por ser considerada uma indecência, e no seu lugar foi criada uma espécie de arrecadação para as demais salas e aulas¹⁴³. Apesar de parcas, as informações recolhidas foram concretas e capazes de nos dar uma visão da ação do prelado. Mas esta foi ainda mais ampla do que o que se expôs. Uma das alterações mais profundas por si realizadas foi aquilo que António Pimentel refere como *galeria de circulação*¹⁴⁴. E esta é acima de tudo elucidativa

p. 468.

¹⁴⁰ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 468. Tal também já foi apontado por Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos...*, p. 69.

¹⁴¹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 507.

¹⁴² Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 507.

¹⁴³ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 507 e 508. Tal também já foi apontado por Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos...*, p. 69.

¹⁴⁴ António Filipe Pimentel, "Cidade do saber/cidade do poder ...", pp. 274.

¹³⁴ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 135.

¹³⁵ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 505 e 506.

¹³⁶ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 560.

¹³⁷ Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos...*, p. 68.

¹³⁸ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 136.

¹³⁹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ...,



quanto à própria personalidade de D. Francisco de Lemos, demonstrando a sua vertente mais controladora, mas não só: também podemos entender o que para ele significava o cargo de Reitor, que deveria ser, para todo o corpo académico, omnipresente. Assim, entende que seria necessário “levantar o tecto das Varandas dos Geraes; e se formarem Corredores, que circulem todas as Aulas, e dão tribunas para ellas; das quaes pode o Reytor ver, e observar, o que se passa nas ditas Aulas.”¹⁴⁵.

O que mais uma vez fica claro é a autonomia e a muito considerável liberdade que acompanhou o prelado nesta sua cruzada. E como tem vindo a ficar exposto, não foi apenas nas soluções de menor dimensão, pelo contrário, a sua iniciativa foi uma presença, ou uma marcada omnipresença, como neste último caso.

3.7. A Fábrica de Telha de vidro, demais matérias e a mão-de-obra

Mas o trabalho do Reitor não foi apenas a nível dos edifícios, isto porque não nos podemos esquecer que esta fase representa apenas um estágio dos muitos necessários para que as construções se fizessem. E uma dessas etapas consiste mesmo na necessidade de garantir a obtenção dos materiais a um preço acessível e com uma assiduidade eficaz para o sucesso da empreitada. Neste domínio, o prelado esteve incansável, segundo Teófilo Braga¹⁴⁶. E não nos podemos olvidar que a necessidade de mão-de-obra também tem um peso decisivo.

Para resolver o primeiro dos problemas o Reitor criou uma fábrica de telha de vidro, o que na prática pode também ser entendido como uma importante inovação técnica. Nesta não se produziram apenas, como o próprio nome indica, telhas mas também azulejos e

¹⁴⁵ Para além do referido mandou também construir umas escadas no interior para facilitar o acesso, melhorou a Reitoria, formou novas aulas e mandou preparar tudo o necessário para as salas de aula. Ver D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 137 e Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos...*, p. 70.

¹⁴⁶ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 541.

tijolos¹⁴⁷. A nomenclatura foi diversa, *Nova Fábrica de telha vidrada*, *Fábrica da Rua João Cabreira*, *Fábrica das telhas* ou até *Fábrica de telha*¹⁴⁸, e foi sugerida ao Marquês a 9 de julho de 1773. O Reitor ficou impressionado com a durabilidade da telha vidrada que então cobria a Sala Grande e a Livraria e que se mantinha sem qualquer intervenção de manutenção¹⁴⁹. Encontrada esta alternativa, depressa tratou de procurar saber os preços do material, chegando à conclusão de que para além de conseguir poupar na manutenção pouparia também nos custos de fabrico¹⁵⁰. Tendo tudo isto em conta decidiu então iniciar a construção da fábrica, arrendando uma casa pelo preço de 25 mil reis anuais e mandando fazer aí os fornos para o fabrico dos materiais.

A tudo isto respondeu Pombal, no dia 15 de julho de 1773, felicitando o prelado pela sua ideia. E de tal forma se mostrou empolgado com a nova fábrica, que refere que até os edifícios da capital iriam beneficiar com ela¹⁵¹. E embora não fosse possível encontrar mais nenhuma referência, sabemos que a dita fábrica se manteve em atividade até 1777 e, segundo Matilde Franco, a julgar pela despesa, teve uma atividade bastante intensa¹⁵².

Como não foram apenas necessárias telhas e cerâmicas mas muitos outros materiais como madeiras, pedra, cal e ferragens, foi essencial procurar que estes também se garantissem. Quanto às primeiras, em 1773, o Reitor ordena que os cortes das madeiras se vão fazendo no pinhal da Universidade, para assim não se perder mais tempo, e que se proceda também ao transporte das mesmas¹⁵³. Mas, como

¹⁴⁷ Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa Franco, «*Riscos das obras da Universidade de Coimbra*» o valioso álbum da Reforma Pombalina, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1983, p. 6.

¹⁴⁸ Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa Franco, «*Riscos das obras da Universidade de Coimbra*» ..., p. 6.

¹⁴⁹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 496.

¹⁵⁰ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 496.

¹⁵¹ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 95.

¹⁵² Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa Franco, «*Riscos das obras da Universidade de Coimbra*» ..., p. 6.

¹⁵³ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra*

fica explícito, eram necessários vários tipos de madeiras para diferentes funções, como por exemplo para caibros. E como estas não estariam disponíveis no dito pinhal, mas sim na mata de Coja, o prelado pede ao Marquês que autorize o seu corte, visto que esta estaria na posse da coroa¹⁵⁴. Quanto à pedra e cal o seu fornecimento também foi assegurado. No caso da cal, o prelado apenas refere que esta ficaria à conta da Universidade, sem com isto aprofundar o seu significado. Mas o que podemos deduzir é que seria aí produzida e depois transportada para os locais onde fosse necessário. Para a pedra, o Reitor não teve que procurar muito longe: como ele próprio ordenou várias demolições, decidiu assim aproveitar a pedra daí resultante para as novas construções¹⁵⁵. Para as ferragens decidiu que devido a razões financeiras e de qualidade do material, estas deveriam vir de fora.

Assim, a 2 de maio de 1773, surge a resposta a tudo o que até aqui se apresentou: esta é claramente positiva e Pombal não só aprova como também acede ao que lhe fora pedido, indicando que no caso das ferragens, seria melhor tratar de as adquirir na cidade do Porto e que logo disso se cuidasse¹⁵⁶. Mas nesta carta, o ministro demonstra uma outra preocupação transversal a todas estas tarefas, a necessidade de arranjar pessoas de confiança para a supervisão de tudo o que foi referido. Tal pensamento também preocupava o Reitor que, em 22 de fevereiro de 1773, já tinha dado ordens nesse sentido¹⁵⁷. E a 2 de março do mesmo ano, mas numa missiva do prelado, dá novas ordens e indica ao professor de Gramática, Manoel de Paiva, que supervisionasse os cortes da madeira¹⁵⁸.

Quanto à mão-de-obra as informações são parcas. Apenas algumas missivas merecem ser destacadas e todas pertencem a Pombal. Mas mesmo assim foi possível adiantar algumas conclusões. O problema que atormentava ambos era mesmo a falta de trabalhadores devidamente qualificados, o que por sua vez não só trazia atrasos como também flutuações nos orçamentos. E quanto à escolha e contratação de operários, parece que foi feita em dois sentidos. Ou seria o Reitor a pedi-los, sendo Pombal a enviá-los desde Lisboa, ou este enviaria quem achasse necessário, segundo o andamento das obras que lhe era reportado pelo prelado.

Isso mesmo nos mostra a missiva de 2 de março de 1773, quando o Marquês questiona sobre a necessidade de estucadores, e se assim fosse bastaria ao Reitor pedir que estes seriam enviados de Lisboa¹⁵⁹. Ou outra, de 20 de julho do mesmo ano¹⁶⁰, onde Pombal decide enviar o Mestre pedreiro Eusébio Vicente para Coimbra para aí auxiliar Elsdén¹⁶¹. No mesmo ano, a 2 de outubro, o Marquês volta a enviar especialistas para a cidade coimbrã, mas desta vez carpinteiros¹⁶². E se na missiva não são referidos os nomes dos enviados, apenas que seriam seis, Maria de Lurdes Craveiro entende que entre estes se encontraria o Mestre carpinteiro Manuel Alves Macomboia¹⁶³. O que também podemos concluir é que estes especialistas podiam até ter sido pedidos pelo Reitor e se não temos o pedido, temos uma

em falta para assim garantir o andamento das aulas de Gramática.

¹⁵⁹ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 78.

¹⁶⁰ Mas ainda antes desta data, em 15 de julho, Pombal avisa que estaria já a caminho o Mestre Alvéneo, embora não especificasse qual a sua especialidade - ver Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 95.

¹⁶¹ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 96. Este acaba por permanecer em Coimbra até 1777 data em que perece. Ver Maria de Lurdes dos Anjos Craveiro, *Manuel Alves Macomboia: arquiteto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade, 1990, p. 11.

¹⁶² Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 99 e 100.

¹⁶³ Maria de Lurdes dos Anjos Craveiro, *Manuel Alves Macomboia*..., p. 11.

..., p. 477.

¹⁵⁴ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 477 e 478.

¹⁵⁵ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 478.

¹⁵⁶ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 80 e 81.

¹⁵⁷ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 477.

¹⁵⁸ Carta de 10 de março de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711. E como as aulas foram sempre uma preocupação constante na mente do Reitor, trata logo de arranjar substituto para o lente



citação que em muito nos pode esclarecer: “E sendo precisos mais alguns destes, como dos outros Offícios respectivos a essas obras, com avizo de V. S. ^a serão logo mandados.”¹⁶⁴. Os carpinteiros enviados não foram suficientes, pois, logo a 18 de outubro, o Reitor pedia a Pombal que enviasse mais operários peritos e que estes fossem trabalhadores eficazes e rápidos¹⁶⁵.

Quanto ao problema atrás referido, a falta de produtividade resultante da mão-de-obra ineficaz, foi decidido pelo Reitor, após consulta com Elsdén e os mestres-de-obras, que seria conveniente “de se darem de empreitada de maons por braças”¹⁶⁶, procurando assim controlar melhor o trabalho e a produtividade que carecia de eficácia. Mas na mesma missiva é também visível um outro problema: o facto de alguns oficiais conseguirem escapar à supervisão dos inspetores.

E de novo podemos ver que D. Francisco de Lemos se mostrou bastante ativo mas, acima de tudo, continuou a demonstrar que os seus conhecimentos na área em questão não seriam em nada rudimentares.

4. A questão do ensino

4.1. Novos métodos, novas ideias e novas caras

4.1.1. As aulas

A temática *Aulas* foi a segunda mais encontrada nas cartas com 37 referências em 131 missivas (Gráfico 2). Mas, apesar disso, não se fez sentir em todos os anos estudados, apenas marca presença nos três primeiros.

Podemos afirmar que durante este período o Reitor foi incansável na transmissão de informações acerca das matrículas, da

abertura das aulas, do andamento das mesmas e, também, das avaliações. Quanto às matrículas, teve desde o início a preocupação de enviar ao Marquês os *Mapas dos Estudantes Matriculados* anualmente, oferecendo-lhe assim uma clara e pormenorizada imagem do número de estudantes.

Mas a sua ação foi bem mais específica e é logo visível em finais de 1772, inícios de 1773. Adepto de uma disciplina rígida e de um controlo apertado, decide aplicar tais premissas à assiduidade dos estudantes. Esta ideia, que para Teófilo Braga teve mais de negativo do que positivo, consistia em que o estudante fosse também *Apontador*, tomando assim conta das faltas dos outros estudantes¹⁶⁷. A juntar a esta ideia surge outra iniciativa que teria como objetivo a verificação do aproveitamento dos alunos. Assim, manda que os *Catálogos* e os *Livros de Apontadores* tenham espaço para que cada Lente registre o progresso individual de cada aluno¹⁶⁸. Estes dados deveriam depois ser discutidos nas reuniões da respetiva congregação¹⁶⁹.

De seguida (em termos de número de referências) vêm os preparatórios, antes do ingresso, e aqui o prelado volta a deixar a sua marca. Para que tudo se desse conforme o desejado, decide passar o exame dos estudos preparatórios para a Casa dos Exames Privados e como supervisor, em seu lugar, escolhe o Lente Tomás Pedro da Rocha¹⁷⁰. A abertura das aulas, mais célere possível, sempre foi um dos objetivos do Reitor e, prova disso mesmo, foi a sua decisão quanto às aulas de Medicina

¹⁶⁷ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 467. Esta prática não seria nova, portanto estaremos a falar de uma reintrodução da mesma. A resposta a esta ação foi positiva por parte de Pombal - ver Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 70.

¹⁶⁸ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 517 e 518.

¹⁶⁹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 518. Pombal responde a esta proposta em 15 de fevereiro de 1774 felicitando o prelado pela sua ação - ver Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 123.

¹⁷⁰ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 447 e 448. Esta ideia foi bem aceite por Pombal. Ver Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 55.

¹⁶⁴ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 99 e 100.

¹⁶⁵ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 516 e 517. O pedido foi rapidamente atendido e, no final do mesmo mês, Pombal trata de enviar mais carpinteiros para Coimbra - ver Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 113 e 114.

¹⁶⁶ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 163.

em 1772. O problema estaria então nos compêndios que ainda não tinham chegado mas, mesmo assim, opta por manter a abertura das lições¹⁷¹.

D. Francisco de Lemos acabou por não ter uma vida fácil e, mesmo durante o andamento das aulas, foi várias vezes chamado a intervir. Exemplo disso foram as alterações que teve que fazer, mudando algumas aulas mais numerosas para salas mais amplas, a supressão de algumas cadeiras devido à falta de alunos e, em sentido oposto, a divisão de aulas em mais do que uma turma devido ao número elevado de inscritos¹⁷². Mas os problemas no decorrer das aulas foram ainda mais complicados, chegando mesmo a causar algum desconforto entre alguns Lentes. Desta forma o Reitor decide fazer algumas modificações internas e passa as aulas ordinárias das Faculdades para o interior do pátio das escolas, vagando assim outras salas para outras aulas, terminado de vez com todas as confusões e desagradados¹⁷³.

A sua atenção ao estipulado nos Estatutos também foi evidente. Em 1773, quase no final do ano e talvez já com algum atraso, trata de acrescentar a cadeira de Geometria ao plano de estudos dos teólogos e dos juristas¹⁷⁴. Mas esta alteração, no início, não teve a frequência desejada, a falta de alunos foi uma constante na generalidade, por isso o Reitor ordena que o controlo de faltas seja bem mais apertado para assim não só registar mas, também, procurar averiguar o porquê do problema, para depois agir em conformidade¹⁷⁵.

Por fim, como acontece em qualquer percurso

académico, chega a altura das avaliações de conhecimentos, os exames ou atos. E quanto à ação do Reitor, a primeira informação que sobressai vem-nos das palavras do Marquês que suprime uma das dúvidas do prelado, indicando-lhe que à sua pessoa cabia a atribuição dos graus de Cânones e Leis e mais ninguém o podia substituir¹⁷⁶. Mas chega também a intervir nos exames. Como considerava que a forma usada, que consistia em examinar duas turmas diariamente, era demasiado demorada, prefere optar pelo exame de uma turma, seis alunos por dia, o que por sua vez não só seria menos demorado como poderia também ter alguns benefícios, já que menos alunos podiam significar mais tempo para cada examinado¹⁷⁷.

Outro problema resultou de algumas lacunas dos Estatutos relativamente a esta fase. Para suprimir as falhas, que seriam o termo a usar aquando da atribuição dos graus e o pagamento das propinas no ato do exame, o Reitor sugere duas soluções. À primeira, onde se debatia o uso do *Auctoritate Apostolica* ou do *Auctoritate Regia*, digna da nova mentalidade dos reformadores e daquilo que se queria implementar a nível universitário e nacional, responde o Reitor com uma solução temporária, que seria o uso de *Auctoritate qua fungor*, poupando assim desavenças desnecessárias¹⁷⁸. Quanto à propina dos atos, o Reitor entende que esta se deveria pagar aquando do dito, mas não adiantou nenhum valor, preferindo aguardar por novas ordens¹⁷⁹. O que acabou por não acontecer: em vez disso o Marquês pede ao prelado que reúna

¹⁷¹ Esta decisão foi bem acolhida por Pombal, também ele muito interessado no início das aulas. Ver Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 62.

¹⁷² Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 466, 482 e 522.

¹⁷³ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 506 e 507. E em outubro de 1773 o Marquês responde aceitando a alteração - ver Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 102.

¹⁷⁴ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 522. Esta ação acabou por ser aceite pouco depois. Ver Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 121 e 122.

¹⁷⁵ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 548.

¹⁷⁶ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 90.

¹⁷⁷ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 488. Vd. Também Genoveva Marques Proença, D. Francisco de Lemos..., p. 46.

¹⁷⁸ Mas esta decisão que seria provisória, representativa do embate entre o Império e o sacerdócio segundo Teófilo Braga, acabou por se tornar permanente apesar da vontade inicial do valido. Ver Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 487 e 488, e também, Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 92 e 93.

¹⁷⁹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 490.



informações que possam auxiliar a resolução do problema¹⁸⁰.

Mas a ação do Reitor foi ainda mais longe, chegando mesmo a intervir em algumas avaliações. Como foi o caso do quinto ano de Medicina, em 1773, onde o prelado após visualizar a prestação dos estudantes nos atos, entendeu que deveriam ser “retardados” para voltarem a frequentar as aulas desse ano¹⁸¹.

Mas, para além de tudo o que ficou exposto, importa ainda realçar uma outra preocupação do Reitor, a falta de interessados em Teologia que então teria algumas cadeiras sem alunos. Assim entende que deve colocar o problema a Pombal, sugerindo também que este trate de conseguir trazer os clérigos seculares para o percurso académico¹⁸². O Marquês responde a 15 de dezembro referindo que a questão dos seculares brevemente estaria resolvida¹⁸³.

Esta liberdade pode muito bem ter a sua razão não só na confiança depositada mas, também, no facto de o Reitor ter uma posição ímpar. O facto de ser uma presença constante em todas as fases do percurso académico, desde as matrículas às avaliações, tornava-o um interlocutor privilegiado, a ponto de todas as suas sugestões serem aceites pelo Marquês. E, para além disso, era ele que estava em constante contacto com as Congregações, podendo assim não só influir nas suas decisões como aconselhar-se com os Lentes que diretamente trabalhavam com os estudantes.

4.1.2. Os Lentes

Com o impulso reformista de 1772 a posição dos docentes também se viu alterada, para além da ideia de lente como mestre e

inventor, como acima vimos. Outra inovação está também no aparecimento de uma nova categoria, a de substituto¹⁸⁴. Passaram também a existir as Congregações nas várias faculdades, organizando desta forma o respetivo corpo docente¹⁸⁵. Mas inicialmente a preocupação foi outra e consistia na procura dos lentes com capacidade, para se manterem, e na promoção da saída daqueles que não tinham capacidade de aplicar o que então de novo se passou a exigir. No caso dos últimos, o Marquês opta pela jubilação embora houvesse outros casos, poucos, onde se concede a benesse de uma conezia doutoral¹⁸⁶. Mas antes de se proceder ao afastamento, era necessário conhecer quem devia ou não sair e é aqui que começa a ação de D. Francisco de Lemos na questão dos lentes.

A correspondência analisada já não nos dá essa imagem, pois começa bem mais tarde mas, segundo Teófilo Braga, foi por volta de setembro de 1772 que o prelado foi incumbido de realizar as listas de dispensas e permanências¹⁸⁷. Para a realização da mesma o Reitor obteve uma autorização para supervisionar as aulas de forma a avaliar os lentes para a elaboração das listas, para de seguida os eleitos tomarem posse e começarem as suas funções.¹⁸⁸

É logo pouco depois que começa a fonte aqui em análise e já nos traz outras informações. Se atentarmos ao Gráfico 2 podemos ver que a questão dos Lentes teve uma presença importante, com 36 referências nas 131

¹⁸⁰ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 92 a 94.

¹⁸¹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 497 e 498.

¹⁸² Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 523. A mesma ideia já foi realçada em Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos*..., p. 28.

¹⁸³ Mas segundo Pombal o problema seria mais complexo e ainda faltava convencer as várias ordens religiosas que o percurso académico deveria ser uma prioridade. Ver Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 120 a 123.

¹⁸⁴ Como o próprio nome indica, a este cabia intervir quando o Lente por qualquer motivo faltava. Os substitutos passaram a ser permanentes e a ser parte integrante da docência na instituição passando por isso a receber uma remuneração. Ver Fernando Taveira da Fonseca, “A dimensão pedagógica da Reforma de 1722 ...”, pp. 62 e 63.

¹⁸⁵ E que por sua vez formariam a Congregação Geral. Ver Fernando Taveira da Fonseca, “A dimensão pedagógica da Reforma de 1722 ...”, pp. 63 e 64.

¹⁸⁶ Fernando Taveira da Fonseca, “A dimensão pedagógica da Reforma de 1722 ...”, p. 62.

¹⁸⁷ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 421.

¹⁸⁸ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 426 e 429. Segundo o autor estes não estariam preparados para começar as suas funções - ver Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 509.



missivas analisadas. Mas este assunto foi uma preocupação constante pois manteve-se de 1772 até 1774, desaparecendo em 1775, para surgir logo no ano seguinte. E depois da análise mais aprofundada podemos chegar a uma conclusão evidente, a contratação de Lentes e substitutos foi, ao longo do período estudado, uma tarefa partilhada.

E mesmo quando estes foram escolhidos pelo valido, o Reitor tinha outras tarefas a desempenhar e estas não menos importantes. Os eleitos do Marquês como foi o caso de Domingos Vandelli¹⁸⁹, José Francisco Leal¹⁹⁰, António Dallabella¹⁹¹, Paulo Hodar¹⁹², José Anastácio da Cunha entre outros¹⁹³, depois de se terem apresentado ao Marquês para tomarem posse, como foi hábito, coube a D. Francisco de Lemos direcioná-los para as suas novas funções¹⁹⁴. Esta tarefa do Reitor

tem que ser entendida, para além de uma consequência do seu cargo, como uma forma de preparar tudo o mais rápido possível para o bom funcionamento das aulas¹⁹⁵.

Mas houve outros casos que pediram a intervenção do Reitor, como as vagas na Congregação de Medicina, e este opta então por preencher certas falhas direcionando alguns Lentes para os lugares vagos. Isso mesmo aconteceu em 1774, quando a Congregação de Medicina não conseguiu reunir o número suficiente de Lentes para as votações. Para resolver o problema, o Reitor, com a sua lucidez de sempre segundo Teófilo Braga, propõe que tais faltas se suprimissem com a entrada de três lentes de Filosofia na dita congregação¹⁹⁶.

Outra tarefa que foi da responsabilidade do prelado foi a de tratar do alojamento para os novos docentes. E se só foi possível encontrar um exemplo disso, não nos podemos esquecer que vários foram os Lentes que chegaram de fora e que também necessitavam de alojamento. O que me leva a crer que tal tarefa foi bem mais rotineira do que aquilo que as missivas indicam. Quanto ao único caso encontrado, data de 1772 e diz respeito ao Lente Miguel António Ciera e à sua família, que então estariam para chegar à cidade e, nesse sentido, Pombal incumbe o prelado de lhes proporcionar alojamento¹⁹⁷.

Mas como se disse, o Reitor não foi apenas um executor, a sua liberdade volta a ser visível na escolha de docentes (Lentes, substitutos e auxiliares). Esta fica logo visível em 1772, quando Pombal se mostra claro quanto a esta questão, “Deixando contudo ao Arbitrio de V. S.^a substituir nos Cursos Mathematicos, e Filosoficos os Professores, que achar mais habeis, e mais expeditos; e tambem dar

¹⁸⁹ Este chega a Portugal pelas mãos de Pombal, inicialmente para dirigir o Real Jardim Botânico da Ajuda e só posteriormente é que chega à Universidade. Quanto a este Lente e o seu percurso - ver Eduardo Proença-Mamede, “Domingos Vandelli - uma biografia transnatural”, [Consultado em 27/04/2015]. Disponível em http://www.artez.pt/textos/gtdv/eduardo_p_mamede.pdf e, também, A. M. Amorim da Costa, “As ciências naturais...”, p. 170.

¹⁹⁰ Décio Ruivo Martins, “Brasileiros na Reforma Pombalina: criando novos caminhos da ciência entre Portugal e o Brasil” in *Exposição A Universidade de Coimbra e o Brasil: Percurso iconobibliográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012, pp. 4 a 6, [Consultado em 23/04/2015]. Disponível em http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/brasileiros/bras.

¹⁹¹ Décio Ruivo Martins, “A Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra ...”, p. 3, e também, A. M. Amorim da Costa, “As ciências naturais...”, p. 170.

¹⁹² Carta de 10 de março de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

¹⁹³ A nomeação deste último foi bastante discutida entre os dois reformistas. O Reitor mostrou-se preocupado pelo facto de este não ter ainda o Doutoramento. Tais dúvidas precisaram ser apaziguadas pelo Marquês que, por sua vez, não hesita em arranjar solução para o problema, referindo que outros se fizeram da mesma maneira e que depois se iria promover o grau. Ver Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma ...*, pp. 107 e 108. O assunto reaparece em 12 de outubro de 1773, onde o Reitor já tinha superado o problema inicial, embora este pudesse ter ficado a dever-se à intervenção de um terceiro, José Monteiro da Rocha, que não simpatizava com o Lente proposto. Ver Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra ...*, pp. 513 e 514.

¹⁹⁴ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma*

..., p. 54.

¹⁹⁵ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma ...*, p. 85.

¹⁹⁶ Os Lentes em questão foram, Domingos Vandelli, António Dalla Bella e Miguel Franzini. Ver Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra ...*, pp. 551 e 552 (nota 1).

¹⁹⁷ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma ...*, p. 65.



substitutos a todos os que fôrem impedidos por quaesquer Accidentes: De sorte que a Obra não páre, antes seja concluída com toda a brevidade possível.”¹⁹⁸. O mesmo acontece após a nomeação do Dr. José Marcelino dos Santos para Bispo de Angra. A vaga então deixada por este foi preenchida pelo Reitor, que teve que encontrar o seu sucessor¹⁹⁹.

Outra situação que necessitou da intervenção do prelado estava ligada com o preenchimento de vagas resultantes das aposentações, como foi o caso do Lente Simão Gould²⁰⁰. Mas por esta altura começam a surgir vários problemas com as vagas ainda por resolver. Medicina, Matemática, Leis e Cânones tinham, em 1773, falta de Lentes. Quanto à primeira faculdade, o prelado consegue arranjar uma solução provisória distribuindo as cadeiras vagas pelos outros Lentes²⁰¹. Para as restantes o problema nasceu das várias promoções a Bispos por parte de alguns dos Lentes²⁰². Tudo isto veio dificultar bastante a tarefa do Reitor que, em 18 de outubro de 1773, ainda não tinha conseguido encontrar indivíduos capazes para as vagas em questão²⁰³.

O que na altura perturbava o prelado seria mesmo a forma de provimento das cadeiras vagas, a que se dava o nome de *ascenso*. Este sistema, segundo ele, pecava por não colocar as qualidades dos candidatos como atributo principal para ocupar o lugar vago²⁰⁴. Mas esta preocupação também já tinha sido apontada pelo ministro que, algum tempo antes, teria até já referido que o provimento se deveria fazer pelo mérito²⁰⁵. A 15 de dezembro torna-

se ainda mais claro quando refere que o mérito deveria sobrepor-se, e que mais ninguém para além do Reitor estaria em melhor posição de garantir que assim acontecia. Ao prelado deveria caber a função de supervisionar e avaliar os escolhidos e, depois da escolha dos melhores, deveria propô-los ao Marquês para que tomassem posse²⁰⁶. Com isto, a responsabilidade maior iria recair sobre Reitor, o que por sua vez é bem demonstrativo da confiança no seu trabalho. Quanto à questão das vagas nas faculdades referidas, acabaram por ser lentamente ocupadas.

Mas a necessidade de tratar das vagas também poderia ter como origem outro tipo de acontecimentos, como o falecimento dos Lentes, possível de ver em dois casos. O primeiro foi o de D. Bernardo da Encarnação (1773) e o segundo, o do Dr. Manuel José Álvares de Carvalho (1776) e, mais uma vez, coube a D. Francisco de Lemos propor quem os rendesse²⁰⁷.

O trabalho do prelado foi também visível numa outra vacatura, a da recém-criada cadeira de desenho e arquitetura. Nesta, o problema residia no facto de, em Coimbra, não existir ninguém com conhecimentos para reger a dita cadeira. Assim opta por propor um italiano que se encontrava em Lisboa, V. Stopani, e um português, cujo nome não foi mencionado, que estaria a estudar em Bolonha e que já tinha dado provas de grande competência²⁰⁸. A estas sugestões dá Pombal a sua opinião em 15 de dezembro de 1773, mostrando-se irreversivelmente adepto do dito português, a tal ponto de suspender a abertura da cadeira até que este estivesse em condições de a reger²⁰⁹.

Mas a ação do Reitor vê-se também de uma outra forma, a sua atenção para com aquilo que podemos chamar de novos talentos. O

¹⁹⁸ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 52.

¹⁹⁹ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 68.

²⁰⁰ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 509.

²⁰¹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 511.

²⁰² Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 514.

²⁰³ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 516.

²⁰⁴ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 529.

²⁰⁵ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 116 e 117.

²⁰⁶ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 530.

²⁰⁷ Ver respetivamente, Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 112 e 227.

²⁰⁸ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 541.

²⁰⁹ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 119 e 120.

primeiro exemplo disso foi Francisco Tavares, estudante em Medicina, que foi proposto pelo Reitor para o cargo de Demonstrador de Matéria Médica em 1773²¹⁰. Mas este não foi caso único, ainda no mesmo ano, um outro aluno, António Caetano, acaba também por se destacar e o prelado não perde tempo e referencia-o ao valido. Este deveria ter-se destacado de forma impressionante, já que D. Francisco de Lemos indica que tudo se devia fazer para garantir que o estudante seguisse a vida académica²¹¹. No ano seguinte nova descoberta do Reitor: Caetano Rosado, que foi por si indigitado para Demonstrador em Física Experimental²¹².

Mas para o bom andamento das aulas era também necessário outro tipo de ajudantes. Em 1773 colocou-se o problema de que certas aulas teriam excesso de alunos e alguns professores queixaram-se disso mesmo. Assim, Pombal encarrega o Reitor de tratar de arranjar alguns ajudantes ou de promover um maior número de substitutos²¹³.

A questão dos vencimentos, apesar de breve, também se fez sentir nas cartas analisadas. A maior preocupação do Reitor esteve na atribuição de determinados ordenados que porventura pudessem causar algum descontentamento entre o corpo docente. Assim aconteceu com o vencimento de Luís Cecchi, para o qual o prelado, tendo em conta as suas competências, estabelece um valor que apresenta ao Marquês²¹⁴. No ano

seguinte o problema estaria no vencimento, após aposentadoria, de Simão Gould. Antes de adiantar qualquer quantia, opta primeiro por questionar Pombal devido à rápida passagem do Lente pela instituição²¹⁵.

Antes de terminar referirei outra ação do Reitor neste domínio. O que foi possível identificar é que foi pedido ao prelado que indicasse alguns Lentes para outras funções externas à instituição. O primeiro exemplo foi em 1774 quando sugere, a pedido de Pombal, José Monteiro da Rocha²¹⁶ para uma conezia magistral na Sé de Leiria²¹⁷. Dois anos depois o mesmo sucede e o bafejado é o mesmo. Tratava-se, em 1776, de indicar o Principal do Real Colégio dos Nobres das Três Províncias. Desta feita o Reitor entende que tal cargo deveria ser ocupado por um Lente da Universidade e propõe de novo o matemático²¹⁸.

Embora não haja mais referências podemos questionar até que ponto o Reitor não influenciou também a escolha de João Marcelino dos Santos para Bispo de Angra, em 1774. Se atentarmos ao agradecimento de tal benesse podemos ficar com essa impressão, “E como tambem tenho tantos motivos p.ª estimar a nomeação que S. Mag.ª foi servido fazer do Provisor deste Bispado p.ª Bispo da Cathedral de Angra; beijo igualm^{te} por ella as Maos de V. Ex.ª; reconhecendo neste benef.º da Lembr.ª e da Protecção de V. Ex.ª”²¹⁹. Retomando a conclusão anterior, de que esta tarefa foi conjunta, podemos categoricamente afirmar que nesta questão continuamos a ter

²¹⁰ Viria a prosseguir a carreira académica chegando a Lente em 1783. Ver Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 511.

²¹¹ António Caetano do Amaral acaba por se destacar na Academia Real das Ciências. Ver Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 518 e 519.

²¹² Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 552 e 553. Na resposta a esta nomeação o valido refere que o eleito não iria apenas servir como Demonstrador mas, também, de Substituto e, nesse sentido, entende que seria necessário questionar de novo o Reitor sobre a sua nomeação. Quanto à decisão final não foi possível encontrar mais nenhuma missiva - ver Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 144 e 145.

²¹³ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 108.

²¹⁴ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 443 e 444. A proposta foi aceite conforme carta

de 7 de novembro de 1772 - Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 51.

²¹⁵ Pombal sugere que lhe seja dada metade do vencimento devido a esse mesmo facto. Ver Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 511 e 512.

²¹⁶ Este já antes teria sido beneficiado pelo Reitor: em 1772 o prelado trata de apontar o matemático ao Marquês e, pouco depois, entra na docência na Faculdade de Matemática - ver Décio Ruivo Martins, “As ciências físico-matemáticas...”, p. 219.

²¹⁷ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 543 e 544.

²¹⁸ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 238.

²¹⁹ Carta de 18 de janeiro de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.



dois polos decisórios.

A este assunto, dos Lentes, é ainda possível associar um outro, o do desenvolvimento científico. Isto porque as poucas referências encontradas (2 em 131, Gráfico 2) dizem respeito a alguns lentes e à Congregação de Medicina²²⁰.

Em 1773 o Reitor reporta ao ministro o sucesso que foi a ida do lente Vandelli às minas de carvão da Figueira da Foz, referindo que se tratou de um achado. Desta resultou a ida de várias amostras para o museu para serem analisadas pelos restantes lentes²²¹.

No caso que envolveu a Congregação de Medicina, estamos perante a resposta a uma preocupação do Marquês. O *mal de S. Lázaro* (lepra), que ainda não teria cura, atormentava a colónia brasileira: para tentar resolver o problema o Marquês solicitou que ele fosse examinado pela dita congregação, em conjunto com João Francisco Ravin, médico que durante muitos anos trabalhara no Brasil, no sentido de se encontrar um melhor tratamento²²². Assim deveria a congregação manter uma ativa correspondência com Ravin mesmo quando este fosse para o Rio de Janeiro e, por sua vez, deveria ser realizada uma constante atualização do assunto. E em todos estes passos, deveria então intervir o Reitor assegurando-se que tudo corria conforme o estipulado.

4.1.3. Compêndios

Como se disse, uma das inovações da Reforma foi a adoção dos Compêndios que passaram então a substituir as postilas²²³. Seria necessário que estes fossem não só atualizados, no que diz respeito aos progressos da época, mas também que fossem claros e breves²²⁴. A

necessidade levou a que muitas das obras fossem de autores não nacionais; para Manuel Augusto Rodrigues foi a ausência de obras de qualidade de autores portugueses que levou a tais escolhas²²⁵. Na fonte analisada isso mesmo é visível, os compêndios referenciados são todos de autores estrangeiros.

Passando então à análise, o tema dos *Compêndios* esteve muito próximo dos já analisados com 34 referências em 131 missivas (Gráfico 2). A sua presença foi bastante vincada, acabando por se fazer sentir interruptamente de 1772 a 1775. Tal como já anteriormente concluímos para outros temas, o que aqui também ficou evidente é que este assunto foi uma tarefa conjunta. Mas mais do que isso, nesta tarefa participou ainda uma terceira parte, a Real Mesa Censória, o que por sua vez não seria do agrado do Reitor, levando assim a uma breve tensão. Esta submissão que representava um controlo ideológico não se deu apenas na Universidade, mas foi transversal a todos os domínios do Reino²²⁶. E a tensão já se tinha feito sentir ainda antes da aplicação da Reforma: em julho de 1772 já Fr. Manuel do Cenáculo se opunha a qualquer ideia de isenção da Universidade quanto à questão dos compêndios²²⁷.

No final do ano o problema ainda se mantinha e o prelado teve que se dirigir ao ministro para dissipar algumas dúvidas. Assim, pouco contente com esta situação de dependência, dirige-se a Pombal apontando certas contradições com o estipulado nos Estatutos²²⁸. Na resposta, de forma esquivada segundo Teófilo Braga, o ministro aponta a superioridade da vontade Régia para assim não

²²⁰ Quanto aos anos encontrados foram apenas dois, 1773 e 1774.

²²¹ Este produto foi considerado de altíssima qualidade. Ver Carta de 10 de março de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

²²² Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 150 a 153.

²²³ Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos...*, p. 24.

²²⁴ Paulo Merêa, *Estudos de história do ensino jurídico*

em Portugal (1772-1902), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 16.

²²⁵ Manuel Augusto Rodrigues, "Alguns aspectos da Reforma ...", p. 214. Para saber mais sobre alguns dos autores escolhidos, ver, Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra...*, p. 42.

²²⁶ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal* ..., pp. 467 e 468.

²²⁷ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 451.

²²⁸ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., pp. 451 e 452.



incomodar nenhuma das partes²²⁹. Nas suas palavras fica visível que a situação não se iria alterar e que a sua preocupação seria mesmo o controlo ideológico, “O Tribunal da Meza Censoria he mais antigo do que os Estatutos. [...] E a Universidade, e as suas Congregaçoens; posto que sejam de tanta autoridade; nem são Tribunaes Regios, como os dous asima referidos; nem estamparam nunca as suas mesmas Concluçoens, sem pedirem Licenças. [...] seria isto o mesmo que abrir huma Palestra para Gladiadores futuros. [...] E daqui viria a resultar huma guerra de penna entre Censores Regios, e Academicos, que nunca se acabasse”²³⁰.

Outro dos problemas patentes na correspondência foi mesmo o atraso dos livros para as aulas. Como a tipografia universitária ainda estaria em construção, coube à tipografia régia tratar das impressões que posteriormente seriam enviadas, por mar (pelo porto da Figueira) ou por terra (através de carroças), para a Universidade. Tudo isto vem gerar o inconveniente dos atrasos na entrega dos livros para as aulas, o que ficou visível na correspondência do Reitor, que por várias vezes solicitou que o envio se acesse. Esta situação chegou mesmo a gerar alguns extremos como foi o caso do adiamento da abertura de algumas Faculdades em 1772²³¹. Nesta fase em que a dependência de Lisboa era uma evidência clara, a ação do Reitor não envolveu apenas o Marquês mas, também, Nicolao Pagliarini²³². Pombal refere que o Reitor deveria dirigir-se a este, um dos Diretores da Imprensa Régia, para assim participar quais as necessidades mais urgentes mas, apesar disso, Pombal nunca se afastou desta tarefa.

Mas não foram apenas as impressões que requereram a atenção de ambos, era necessário

também procurar preencher algumas lacunas de determinados compêndios a usar nas aulas. Muitas das obras utilizadas foram estipuladas pela Junta de Providência Literária, mas não foi possível tratar de tudo e foi esta falha que os reformadores tiveram de suprir²³³. Assim, o método de escolha foi o seguinte: o Reitor reunia a respetiva Congregação e, em conjunto, seria escolhido o autor e a obra e logo depois cabia ao prelado indicá-lo ao valido para a respetiva aprovação, embora fosse também necessário passar pelo crivo da Real Mesa Censória. Isso mesmo aconteceu com os livros de *Logica e Metafisica* de António Genovese em 1773²³⁴. E, no mesmo ano, foram também indicadas as obras de M. Bézout para Matemática²³⁵. Outro caso idêntico data já de 1775 e diz respeito à obra de Heinécio, *Elementos de Filosofia Racional e Moral*²³⁶.

²³³ Segundo Ana Cristina Araújo, parte considerável desses manuais já estariam na livraria pública do Paço das Escolas – ver Ana Cristina Araújo, “Dirigismo cultural ...”, pp. 32. A ação de D. Francisco de Lemos quanto à questão dos Compêndios começa nesta fase: antes da Reforma a ele coube escolher os compêndios para Teologia – ver Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos...*, p. 16. Para o mesmo curso é possível ver as obras por si escolhidas em D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, pp. 22 a 24. Já quanto aos restantes cursos, o Reitor fornece a mesma informação – D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, pp. 56 a 58, 69 e 70, 82 e 83 e 103.

²³⁴ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 473 e 474. O mesmo já foi evidenciado por Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos...*, p. 25. A resposta do Ministro é bem clara quanto ao processo então utilizado – Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma ...*, p. 75. Já após a aprovação, o Reitor foi rápido em ordenar a impressão devido à necessidade que das obras se fazia sentir. Ver Carta de 1 de março de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711. Quanto aos autores dos compêndios ver José Antunes, “Notas sobre o sentido ideológico da Reforma...”, p. 188.

²³⁵ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 515. Em 21 de outubro do mesmo ano, as obras recomendadas acabaram por ser aceites – Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma ...*, pp. 113 e 114. Uma das primeiras atividades de José Monteiro da Rocha, Lente de Matemática, foi mesmo a tradução de algumas obras e nestas se incluem as de Bézout – ver Décio Ruivo Martins, “A Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra...”, p. 6.

²³⁶ Foi aprovado em fevereiro do mesmo ano, Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma ...*, pp. 165 e 167.

²²⁹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 451.

²³⁰ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma ...*, p. 58. A resposta, esclarecedora, acabou por ter o efeito pretendido, pois o prelado não voltou a referir o assunto apesar de esta situação não ser a ideal para ele.

²³¹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 546.

²³² Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma ...*, p. 60.

e, também, às obras do Abade Bossuet²³⁷. Mas as escolhas que tiveram a mão do Reitor não foram apenas as expostas²³⁸. O prelado fazia questão de incutir nos alunos um certo sentimento anti-jesuítico e, nesse sentido, sugere ao valido que aprove a impressão de dois discursos onde se evidenciam os estragos perpetrados pela ordem²³⁹.

Os livros usados durante este período não foram apenas impressos em Lisboa: a nova Imprensa da Universidade também conseguiu aprontar alguns manuais, embora em menor número. Ainda antes do término das obras e, muito provavelmente, devido à necessidade de imprimir mais livros, o Reitor opta por ordenar que se iniciem as impressões ainda em 1773²⁴⁰.

Para além do que ficou exposto, a fonte analisada foi capaz de nos oferecer mais informações e uma delas foi a aplicação da censura nas obras escolhidas. O que podemos concluir é que os manuais não só foram revistos pela Real Mesa Censória mas também o foram

pelo próprio Pombal. E, mais uma vez, quem tratou de aplicar essa censura foi o prelado. Mas a sua ação foi ainda mais complexa: a este cabia também assegurar que as Congregações em nada se afastassem das novas correções. O primeiro exemplo disso mesmo data de 1773 e diz respeito à obra de Genovese à qual o Marquês aplica uma profunda revisão²⁴¹. O mesmo se passou com Heinécio e a sua obra os *Elementos*, já atrás referida²⁴². O grande problema em ambas era mesmo a referência a Aristóteles e à sua obra, perigo a que logo o Reitor acudiu²⁴³.

Mas é necessário também destacar outra das ações do Reitor, que consistia naquilo que podemos chamar de monopólio das impressões e vendas. Quanto às vendas, o prelado, em 1 de março de 1773, pede ao Marquês que intervenha proibindo os livreiros de mandar vir de fora os compêndios usados na instituição, tornando assim necessário aos alunos adquirir os manuais na Universidade²⁴⁴. A outra preocupação estaria relacionada com o monopólio das impressões de algumas obras. Nesse sentido, pede a Pombal que cedesse o privilégio das impressões da obra *Elementos* (de Euclides) e, também, das *Ordenações do Reino*, estando estas últimas nas mãos do Mosteiro de S. Vicente²⁴⁵ e as primeiras no

²³⁷ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 166.

²³⁸ Para além dos referidos e, apesar da fonte não nos dar essa informação, sabemos que já em 1776 o Reitor opta por propor um compêndio para as faculdades jurídicas. Este seria de Selvaggio, *Institutiones Canonicae*, e viria substituir as *Institutiones Ecclesiasticae* de Fleury - ver Paulo Merêa, *Estudos de história do ensino jurídico em Portugal* ..., pp. 22 e 23.

²³⁹ Carta de 1 de março de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

²⁴⁰ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 484. José Antunes aponta 1774 como o ano das primeiras impressões na tipografia académica, mas se analisarmos a missiva a que atrás se fez referência podemos ver que estas poderão ter começado ainda antes dessa data - José Antunes, "Notas sobre o sentido ideológico da Reforma...", pp. 152. Em junho de 1773 o Reitor refere que estaria prestes a colocar os prelos para se começarem as impressões e se esta ação logo se deu então estas poderiam ter começado antes de 1774. Quanto às primeiras obras impressas parece não haver dúvidas que foram as de Bézout, Genovese e Van Espen - José Antunes, "Notas sobre o sentido ideológico da Reforma...", p. 152; e também, Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 148 e 149. Quanto a Van Espen é necessário referir que a adoção do seu *Comentário* apenas se deu por não ter sido possível encontrar nenhum melhor e de tal forma não agradava que acabou por ser abandonado - Paulo Merêa, *Estudos de história do ensino jurídico em Portugal*..., p. 23.

²⁴¹ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 76. O Reitor responde a 1 de março do mesmo ano, referindo que depressa se cumpriram as alterações - ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711. As mesmas alterações foram já evidenciadas por Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos...*, pp. 25 e também por Teófilo Braga, *Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894. p. XXXVIII.

²⁴² Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 167 e 168.

²⁴³ Esta reação a obra de Aristóteles deve-se, principalmente, a sua natureza especulativa e pela vontade de a substituir pelos novos métodos experimentalistas.

²⁴⁴ Carta de 1 de março de 1773, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711. Não foi possível encontrar a resposta ao pedido mas se tivermos em conta que Pombal pretendia fazer dos ganhos da imprensa um rendimento para a Universidade, então a pretensão do Reitor poderia ter sido aceite.

²⁴⁵ A mesma ideia foi já referida por Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., pp. 520 e 521



Colégio dos Nobres.

O Reitor continua a pretender aumentar a tipografia académica, não só através de privilégios mas, também, de mão-de-obra para aumentar a produção. Quanto a este pedido, acabou por não ser atendido por Pombal, que argumentou que só havia dois oficiais qualificados e que estes pertenciam à tipografia régia e de lá não podiam sair mas, em compensação, podia enviar o que precisasse para esta que realizaria as impressões²⁴⁶.

Assim a Imprensa da Universidade acaba por ficar encarregada de todas as impressões para a instituição no início de 1775, data em que Pombal ordena que a tipografia régia deveria cessar todas as impressões pertencentes à instituição coimbrã²⁴⁷.

4.1.4. Disciplina

A questão da disciplina, apesar de termos apenas 8 referências em 131 missivas (Gráfico 2), foi bastante importante para o Reitor. A situação anterior à Reforma foi considerada por Manuel Augusto Rodrigues, como calamitosa. Os traços dessa situação iam desde os mais leves, intrigas, até aos mais graves como homicídios e, para além disso, este cenário decadente não era um exclusivo dos estudantes, pois os próprios lentes eram acusados de protagonizar divergências profundas²⁴⁸. Este estado de coisas era completamente incompreensível para o Reitor, visto que este via na Universidade o “casamento” entre o Estado e a Religião. E ligava também esta última à Ciência, entendendo assim que só desta forma seria

possível alcançar a virtude²⁴⁹.

E é exatamente desta forma que temos que entender a ação do Bispo no que diz respeito à disciplina que quis incutir na instituição. Neste sentido, teve uma atuação transversal a todo o corpo académico: não só agiu contra estudantes mas, também, contra funcionários e Lentes.

As informações encontradas surgem em 1774 e mantêm-se até ao fim do período estudado, 1776. E o que ficou patente é que o Reitor não só tratou de aplicar os parâmetros disciplinadores quando assim entendeu, mas também o fez por ordem de Pombal. Mas atentemos às informações de forma mais detalhada.

No caso dos Lentes só em 1775 é que surgem informações. Tratava-se, neste caso, de acabar com as faltas de participação dos Lentes nas procissões académicas. Pombal define um conjunto de regras que o Reitor deveria procurar aplicar com urgência e, também, uma completa informação das coimas a aplicar²⁵⁰. Outro caso que envolveu um docente data do ano seguinte, 1776. E aqui a autonomia cabia já ao Reitor. O lente Luís Cecchi, que veio para a Universidade a mando de Pombal no início da Reforma, não teve a prestação nem o comportamento esperado e, devido a isso mesmo, o prelado decide suspendê-lo com a total anuência do Marquês²⁵¹.

Para além dos Lentes foi também possível encontrar uma referência a um caso onde o infrator foi um funcionário. Este, António Rodrigues, preparador do Gabinete de Física que, como acima vimos, acabou por ser substituído por Caetano Rosado, decidiu ausentar-se das suas funções sem ordens nesse sentido. E após a queixa do prelado, Pombal

e também, Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos...*, pp. 64 e 65. A esta ideia responde positivamente o valido – ver Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma ...*, pp. 126.

²⁴⁶ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra ...*, pp. 558 e 559. Esta decerto que não seria a resposta desejada, mas quanto ao assunto não foi possível encontrar mais referências.

²⁴⁷ Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos...*, p. 65.

²⁴⁸ Manuel Augusto Rodrigues, “Alguns aspectos da Reforma ...”, p. 220.

²⁴⁹ Manuel Augusto Rodrigues, “Alguns aspectos da Reforma ...”, p. 221.

²⁵⁰ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma ...*, pp. 212 a 214.

²⁵¹ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma ...*, p. 246. Este docente já em 1774 tinha começado a demonstrar comportamentos negativos mas só dois anos depois é que se decide pela suspensão do mesmo – Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra ...*, pp. 548 e 549.



age mandando prender o infrator e entregá-lo ao Reitor para este proceder à sua expulsão²⁵².

No caso dos estudantes as informações são mais numerosas. Em 1774 D. Francisco de Lemos foi encarregado de resolver um caso que envolvia um ilustre, um filho do Morgado de Mateus. Chegou ao conhecimento do Marquês que o estudante, no colégio de S. Jerónimo, estaria a ser vítima de uma companhia pouco benéfica, o seu criado, e que o seu comportamento incorreto era uma consequência dessa influência. Foi então ordenado ao prelado que interviesse e que despedisse o dito criado e advertisse o estudante das suas faltas²⁵³.

E logo no mesmo ano surgiram mais problemas. Nesta altura alguns estudantes estariam a ser desencaminhados por um forasteiro para interesses que não eram os estudos. Perante isto, o Reitor não perde tempo e manda encerrar os focos de distração e ordena a expulsão do dito desencaminhador²⁵⁴. No ano seguinte novo problema se dá, desta vez com alguns infratores que se faziam passar por estudantes da Universidade. Este grave inconveniente leva Pombal a ordenar a expulsão dos patrocinadores dos distúrbios, e por sua vez, indica o Reitor como responsável para o cumprimento da tarefa²⁵⁵. Em 1776 surge então a última informação sobre atos de indisciplina. Dois porcionistas do Colégio de S. Paulo, na sequência de desordens havidas no mesmo Colégio, teriam fugido durante a noite, e o Reitor depressa atua e manda prendê-los ficando à espera da decisão do Marquês sobre ulteriores procedimentos a adotar²⁵⁶. Esta também não se fez esperar e ficou claro

²⁵² Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 144 e 145.

²⁵³ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 132.

²⁵⁴ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., pp. 547 e 548. O Marquês felicitou, em carta de fevereiro de 1774, "o Louvável cuidado de cortar pela raiz tudo o que pode servir-lhes [aos estudantes] de distração nociva" - ver Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 138 e 139.

²⁵⁵ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 209 e 210 e também, Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos*..., pp. 45 e 46.

²⁵⁶ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 230 a 232.

que o objetivo seria mesmo fazer deste caso um exemplo. Pombal decide então não só aplicar castigos aos infratores, como também ao Reitor do dito colégio e, obviamente, a mão disciplinadora de Carvalho e Melo foi o prelado.

4.1.5. Os Estudos Menores no Colégio das Artes de Coimbra

A questão dos Estudos Menores e da reatualização que este grau de ensino sofreu é bastante complexa²⁵⁷. Esta temática está dividida em dois momentos, a primeira que se inicia em 1759 com a expulsão dos jesuítas e a criação da Diretoria Geral dos Estudos e um segundo momento, onde esta passa para o controlo da Real Mesa Censória, no início da década de setenta²⁵⁸. Como é óbvio, o que para esta exposição importa é apenas essa segunda fase e, mais precisamente, a realidade coimbrã. Não foi dos temas mais tratados, foi referenciado por 7 vezes nas missivas analisadas e apenas foi possível encontrar informações para os anos de 1773 e 1774.

Mas também nesta matéria o Reitor foi capaz de deixar a sua marca. Neste segundo

²⁵⁷ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal* ..., p. 430.

²⁵⁸ António Alberto Banha de Andrade, "A Reforma Pombalina dos Estudos Menores em Portugal e no Brasil (linhas gerais de um livro que importa escrever)." in *Revista de História*, nº 112, São Paulo, [s.n.], 1977, p. 459. O mesmo autor desenvolveu a sua ideia em *A Reforma Pombalina dos estudos secundários (1759-1771). Contribuição para a história da pedagogia em Portugal*, 3 vols, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1981-1984; António Cruz, "Nota sobre os Estudos Menores na Reforma Pombalina" in *Pombal Revisitado. Comunicações ao Colóquio Internacional organizada pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, Vol. 1, nº 34, Lisboa, Editorial Estampa, 1984; Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal* ..., pp. 429 a 437 e 452 a 457; Joaquim Ferreira Gomes, "O Marquês de Pombal criador do ensino primário oficial" in *Revista de História das Ideias (O Marquês de Pombal e o seu tempo)*, Tomo I, 1982; Jacques Marcadé, "Pombal et l'enseignement: quelques notes sur la réforme des Estudos Menores" in *Revista de História das Ideias (O Marquês de Pombal e o seu tempo)*, Tomo II, 1982 e, também, Américo da Costa Ramalho, "Um programa de exame de Grego da Reforma Pombalina" in *Revista de História das Ideias (O Marquês de Pombal e o seu tempo)*, Tomo II, 1982.

momento, marcado pela concentração do poder nas mãos de D. Manuel do Cenáculo, a maior preocupação deveu-se a uma vontade em sistematizar todo o ensino intermédio²⁵⁹. E é logo nesta fase que o prelado é chamado a intervir.

Em 1773 é o próprio Presidente da Real Mesa Censória que pede ao Reitor que indique indivíduos competentes para os cargos de Comissário e de Examinadores dos exames dos professores para as escolas menores. Assim, em resposta, D. Francisco de Lemos sugere para o primeiro dos cargos o Desembargador Tomás Pedro da Rocha e para os restantes lugares professores de Filosofia e do Colégio das Artes²⁶⁰.

Mas esta relação, tal como anteriormente já vimos para o caso dos compêndios, volta a estar marcada por um certo desconforto. Na resposta do Marquês, de junho de 1773, é possível ver uma interessante passagem, “Não pude deixar de reflectir na grande necessidade q. sempre considerei, de q. o Presidente da Meza Censória, e o Reitor da Universidade de Coimbra, obrem sempre na mais perfeita harmonia de uniforme acordo”²⁶¹. Assim é possível ver a vontade que o ministro tinha em aliar as duas instituições. O Reitor, porém, continuava a ver nisto uma clara submissão. Numa missiva encontrada e que foi enviada para o seu irmão, embora sem data, podemos ver que neste ponto estava em oposição clara com Pombal²⁶². Nesta, o Reitor considerava que esta prática subalternizava a Universidade, que não merecia tal afronta, embora também ficasse clara a recomendação de que estes comentários ficassem longe dos ouvidos do

valido.

Mas como se disse, o grosso da sua ação foi dirigido para o Colégio das Artes e é isso que vamos ver de seguida. Este, após um longo período nas mãos dos jesuítas, passa para o domínio da instituição universitária em 1773. Mas nesta altura o curso de humanidades carecia de legislação e coube então ao Reitor intervir.

No ano seguinte, em novembro, o prelado apresenta uma proposta ao Marquês com uma compilação de regras para o dito curso. O seu plano vai desde a duração do curso, ao papel, obrigações e número dos professores, até à instrução a aplicar²⁶³. Esta última deveria ser bastante ampla em termos de conhecimentos, já que para o prelado era fundamental oferecer saberes de língua latina, grega, antiguidades sagradas, princípios de história e geografia, epigrafia e numismática²⁶⁴. Pombal responde um mês depois aceitando o proposto e pedindo ao Reitor que minutasse os Estatutos para o dito colégio²⁶⁵.

Em 1774 o reitor cumpre então a sua tarefa e entrega os estatutos: estes nunca chegaram sequer a ser impressos. Disso mesmo se queixa o Reitor em 1777²⁶⁶. Contudo em 1776, a ordem de “promover a abertura do [...] Collegio a beneficio da mocidade Nobre e Civil das Trez Provincias” vai acompanhada com o encargo de propor nomes para o provimento de todos os cargos do dito Colégio, Principal,

²⁶³ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 531 e 532 e, também, Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos...*, pp. 33 e 34.

²⁶⁴ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 532, e também, Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos...*, p. 34.

²⁶⁵ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 533.

²⁶⁶ D. Francisco de Lemos, *Relação Geral...*, p. 144 e, também, Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 534. Quanto à razão que poderia ter levado à não impressão, o ministro refere apenas que teria em mente que os mesmos deveriam, em parte, servir a nova Faculdade de Artes. E talvez ficasse assim à espera que nos mesmos se procedesse a algum tipo de correção ou alteração - Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma ...*, p. 226. Quanto aos estatutos é possível consultá-los em Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos...*, pp. XXVII a XXXV.

²⁵⁹ António Alberto Banha de Andrade, “A Reforma Pombalina dos Estudos Menores ...”, p. 490 e também Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal ...*, pp. 453 a 456.

²⁶⁰ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 486 e 487. Pombal acaba também por opinar sobre as escolhas e, mais uma vez, aceita os escolhidos pelo Reitor - ver Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma ...*, p. 91.

²⁶¹ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma ...*, p. 91.

²⁶² Sem data, ANTT, *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.



oficiais e professores²⁶⁷.

Mas a sua ação não fica por aqui, a ele também se deve a ideia de criar o que Teófilo Braga chamou uma Faculdade de Letras²⁶⁸. Para isso pretendia reaproveitar a Faculdade de Artes para aí se começarem a lecionar a gramática, retórica e poética, propondo que “podiam as Letras humanas substituir n’esta Universidade o lugar que tinha usurpado aquella tenebrosa e vã metaphysica [arabigo-peripathetica]” e que o corpo de professores destas disciplinas se organizasse em congregação como nas faculdades maiores²⁶⁹. Apesar de esta ideia ser aceite, e de Pombal pedir que logo se traçasse o plano para que a realização do projeto se concretizasse²⁷⁰, não foi possível encontrar mais nenhuma informação sobre o assunto na fonte analisada.

5. A importância da administração

5.1. A preocupação com a boa administração da Universidade

A questão administrativa diz respeito, como é óbvio, a algumas decisões de âmbito administrativo mas também engloba a questão dos funcionários e dos confiscos. Quanto ao primeiro assunto as referências não foram muitas, 13 em 131 mas, apesar disso, manteve-se presente em todo o período estudado. Mais uma vez foi possível ver uma preocupação já presente em outros assuntos, a necessidade de manter Pombal sempre informado sobre as questões da vida universitária. Prova clara foi mesmo o Balanço Geral da Universidade, realizado anualmente, e que o prelado fazia questão de lhe enviar. Desta forma, podia ele aceder a um variado leque de informações não só administrativas mas, também, entre outras, sobre o progresso dos alunos.

Em matéria de informações, contudo, é necessário referir ainda outros aspetos: o Reitor, a pedido do Marquês, tratou de remeter vários documentos sobre o período anterior à Reforma. Para o ano de 1772 existem duas referências nesse sentido²⁷¹. E como exemplo do tipo de documentação enviada, podemos referir os Estatutos originais de D. Manuel I²⁷². No ano seguinte volta a expedir documentação, desta feita, uma relação da vida económica da Universidade antes de 1772²⁷³.

Merecem ainda uma referência, no domínio administrativo, as duas incorporações de bens (do Colégio da Madre de Deus de Évora e das igrejas de Alcaface e da Cumieira) no colégio das Artes²⁷⁴, assim como o envio para Lisboa da prata confiscada ao Colégio dos Jesuítas (1773)²⁷⁵, a pedido do Marquês.

Como se disse, a questão administrativa está ligada ao tema dos funcionários. Mais uma vez não foi dos assuntos mais discutidos, 9 em 131 missivas. Mas apesar disso foi um assunto transversal aos anos estudados. Por outro lado, as poucas referências podem muito bem ser entendidas como uma consequência da liberdade dada ao Reitor nesta matéria, pois a ele coube a escolha de uma parte considerável dos funcionários.

As escolhas começam logo em 1772: o Reitor organiza as congregações das faculdades de Teologia e Cânones e preside à designação dos que deveriam exercer as funções de Diretor, Fiscal e Censores; promove ainda a eleição do Secretário da de Teologia, que recai no Dr. Manuel Pacheco de Resende (que não era lente)²⁷⁶. Mas é no ano seguinte, e pelas palavras de Pombal, que se tornam claras as competências do Reitor neste domínio:

²⁷¹ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 459 e 465.

²⁷² Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 465.

²⁷³ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 485.

²⁷⁴ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 224 a 226.

²⁷⁵ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 72 a 74.

²⁷⁶ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 448.

²⁶⁷ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 226.

²⁶⁸ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 542.

²⁶⁹ Pretendia também promover os respetivos professores das ditas matérias - ver Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 543.

²⁷⁰ Manuel Lopes d’ Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 137 e 138.

nas suas mãos fica a responsabilidade da escolha dos funcionários para a Secretaria da Universidade, “ Sua Magestade [...] he servido que assim se ponha em Execução: Nomeando agora V. Ex.^a os sojeitos hábeis: E pondo os Ordenados competentes, para serem providos”, com uma extensão para o futuro, “e ficar esta dependência seguindo para futuro a forma das outras secretarias, a respeito das Nomeações e Officiaes dellas”²⁷⁷. Nesse mesmo ano procede então a mais uma nomeação, mas desta vez para Bedel da Faculdade de Matemática. Para o cargo escolhe o jovem António de Moraes e, a julgar pelas palavras do Reitor, este até teria conhecimentos para ir bem mais longe²⁷⁸.

Esta ideia, de livre arbítrio na escolha, pode ser corroborada pelo facto de o Marquês, durante o período estudado, ter nomeado apenas dois funcionários. Em 1774, como já vimos, envia o então Jardineiro do Jardim Real, Júlio Mattiazzi, para o Botânico juntamente com João Luís Rodrigues, que ficaria para substituir o primeiro em Coimbra²⁷⁹. Mas tal escolha foi pontual: logo no ano seguinte, Pombal, volta a reiterar a delegação de responsabilidades, deixando claro que os funcionários da secretaria da Universidade deveriam ser escolhidos pelo prelado²⁸⁰.

5.2. O aparato cerimonial

Nesta matéria o grande problema com que os reformadores se depararam foi mesmo a falta

de regulamentação. Isto porque a Junta de Providência Literária, talvez por falta de tempo, não se conseguiu debruçar sobre o assunto²⁸¹. Para contrariar este obstáculo o Reitor opta por seguir as tradições, usos e costumes da Universidade²⁸². Mas mesmo assim algumas dúvidas permaneceram, e prova disso mesmo é o facto de muitas vezes ter-se dirigido ao valido em busca de respostas. As hesitações apontavam para dois momentos distintos, o primeiro relativo às festividades académicas e um segundo, quanto ao procedimento a usar em caso de visita de alguém ilustre.

Quanto à fonte, oferece-nos cerca de 10 referências em 131 missivas, que se espalharam por todo o período estudado. Já quanto ao primeiro momento, relativo às festividades, a primeira referência data logo de 1772. A dúvida do Reitor estaria nas muitas cerimónias que se iriam principiar em dezembro desse ano e, nesse sentido, suspende-as temporariamente enquanto esperava pela resposta do ministro²⁸³. A confirmação acaba por chegar só no início do ano seguinte, autorizando o Reitor a preparar as ditas festividades, embora já com um atraso considerável²⁸⁴. O mesmo acaba por se passar relativamente à participação da Universidade na festa em honra da Rainha Santa. De novo, e no mesmo ano, o prelado teve que esperar pela confirmação do ministro que chegou em junho²⁸⁵.

Mas, apesar disso, foi também no ano de 1773 que o Reitor começou a tomar decisões sem consulta. Ordenou assim que se cumprisse a festividade de S. Miguel na abertura do ano letivo²⁸⁶. E logo depois trata de mandar realizar a celebração estipulada por Pombal

²⁷⁷ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 124.

²⁷⁸ O prelado estaria muito provavelmente a procurar assegurar o nomeado para futuramente este entrar na docência devido às suas capacidades - ver Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., pp. 486. Quanto à nomeação foi aceite por Pombal em 30 de junho de 1773 - Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 90 e 91.

²⁷⁹ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 16 e também A. M. Amorim da Costa, “As ciências naturais...”, p. 180 e ainda Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos*..., pp. 67 e 68. Este funcionário, Mattiazzi, acaba por se desleixar na sua tarefa o que resultou em algumas queixas por parte de um lente, Vendelli - ver Joana Brites, “Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: de Vandelli ...”, pp. 25 e 26.

²⁸⁰ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., pp. 187 e 189.

²⁸¹ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 458 e, também, Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos*..., p. 18.

²⁸² D. Francisco de Lemos, *Relação Geral*..., p. 8.

²⁸³ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 458.

²⁸⁴ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 64.

²⁸⁵ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 88. Rapidamente o Reitor tratou de cumprir o aprovado - Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 497.

²⁸⁶ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 513.



que consistia na comemoração da nova fundação da Universidade²⁸⁷. No ano seguinte continua a agir com alguma liberdade. Escolhe o local, a Sala Grande do Paço das Escolas, para a recitação da oração latina em honra do aniversário do Rei D. José I²⁸⁸.

Relativamente ao que se deveria fazer no caso de uma visita ilustre, encontramos um único caso em 1776, respeitante à visita do príncipe russo Yossopof. O Reitor questiona o ministro quanto à forma de receber o ilustre e a resposta foi clara. Este refere que não seria de preparar qualquer cerimónia, mas arranjar uma visita guiada a toda a Universidade e que deveria ser acompanhado pelos representantes que melhor se conseguissem expressar em francês. O tom geral era dado pela recomendação de que o Reitor teria de o “tratar com toda a atenção”²⁸⁹.

Conclusão

O que ficou evidente é que o Reitor teve uma muito considerável liberdade de ação e esta foi transversal à maioria dos assuntos expostos neste trabalho. No seu primeiro reitorado esta liberdade não só traduziu a confiança depositada pelo Marquês mas, também, a posição privilegiada do Reitor em relação à Universidade. Tratou-se então de uma ação de proximidade e presença constante, o que lhe trouxe a vantagem de intervir prontamente sem mais demoras. Assim se passou com as várias obras realizadas no âmbito da Reforma: muitas foram as decisões imediatas que careceram de uma intervenção rápida, visto que qualquer demora podia significar mais custos. Esta forma de atuar manteve-se também noutras questões. O recrutamento de lentes, substitutos, auxiliares e demais funcionários foi, na sua maioria, obra de Francisco de Lemos. Isto porque estava em melhores condições de garantir quem se devia

contratar, já que poderia atestar pessoalmente as qualidades dos recrutados.

Mas não só: dois aspetos essenciais passaram também pelo seu escrutínio, a escolha das várias obras adotadas para o ensino e a disciplina aplicada a todo o corpo académico.

Outra conclusão importante é a de que todo o período de 1772 a 1776 só foi possível e frutífero através da constante interação entre dois polos decisórios, Lisboa e Coimbra. E assim aconteceu, independentemente de quem tomava a iniciativa (o Reitor ou o Ministro de D. José). Até nos momentos de alguma divergência, os problemas só ficaram resolvidos por uma atuação conjunta.

²⁸⁷ Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 514.

²⁸⁸ Mudança aceite pelo valido - Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 154.

²⁸⁹ Manuel Lopes d' Almeida, *Documentos da Reforma* ..., p. 242.

Fontes e Bibliografia

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], *Ministério do Reino*, Maço 609, Caixa 711.

ALMEIDA, Manuel Lopes d', *Documentos da Reforma Pombalina*, Vol. I (1771-1782), Coimbra, Por Ordem da Universidade de Coimbra, 1937.

ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos – Perfil de um Reitor Reformador*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Departamento História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2016.

ANDRADE, António Alberto Banha de, "A Reforma Pombalina dos Estudos Menores em Portugal e no Brasil (linhas gerais de um livro que importa escrever)." in *Revista de História*, nº 112, São Paulo, [s.n.], 1977.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *A Reforma Pombalina dos estudos secundários (1759-1771). Contribuição para a história da pedagogia em Portugal*, 3 vols, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1981-1984.

ANTUNES, José, "A Imprensa da Universidade na Reforma Pombalina" in *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da história*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001.

ANTUNES, José, "Notas sobre o sentido ideológico da Reforma Pombalina. A propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra." in *O Marquês de Pombal e o seu tempo*, Tomo II, Coimbra, Revista de História das Ideias, 1982.

ARAÚJO, Ana Cristina, "Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo" in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

BRAGA, Teófilo, *Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa, Typographia da Academia Real das

Sciencias, 1894.

BRAGA, Teófilo, *Historia da Universidade de Coimbra. Nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*, Tomo III, Lisboa, Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898.

Brites, Joana, "Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: contraponto entre a Arte e Ciência" in *Transnatural*, Coimbra, Artez, 2006.

Brites, Joana, "Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: de Vandelli a Júlio Henriques (1772 - 1873)." in *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal*, Vol. 39, Coimbra, Camara Municipal de Coimbra, 2006.

CARVALHO, Rómulo de, *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, 2ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

COSTA, A. M. Amorim da, "As ciências naturais na Reforma Pombalina da Universidade «Estudo de rapazes, não ostentação de príncipes»." in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

COSTA, Mário Alberto Nunes, *Documentos para a Historia da Universidade de Coimbra (1750-1772)*, Vol. II, Coimbra, Por Ordem da Universidade de Coimbra, 1961.

COSTA, Mário Júlio de Almeida, MARCOS, Rui de Figueiredo, "Reforma Pombalina dos Estudos Jurídicos", in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos, *Manuel Alves Macomboa: arquiteto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade, 1990.

CRUZ, António, "Nota sobre os Estudos Menores na Reforma Pombalina" in *Pombal Revisitado. Comunicações ao Colóquio*



- Internacional organizada pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, Vol. 1, nº 34, Lisboa, Editorial Estampa, 1984.
- DIAS, Pedro, “O Regimento das Obras da Universidade de Coimbra ao tempo da Reforma Pombalina” in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Vol. VI, Coimbra Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983.
- FERRAZ, Márcia H. M., “A criação do Laboratório Químico da Universidade de Coimbra no final do Século XVIII” in *Divórcio entre cabeça e mãos? Laboratórios de Química em Portugal (1772-1955)*, ed. Ana Luísa Janeira, Maria Estela Guedes, Raquel Gonçalves, Lisboa, Livraria Escolar Editora, 1998.
- FIOLHAIS, Carlos, MARTINS, Décio, *Breve história da ciência em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- FONSECA, Fernando Taveira da, “A dimensão pedagógica da Reforma de 1722, alguns aspectos.” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.
- FONSECA, Fernando Taveira da, “A Imprensa da Universidade no período de 1537 a 1772” in *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da história*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001.
- FONSECA, Fernando Taveira da, “Comunicações institucionais: A Universidade de Coimbra.” in *As Comunicações na Idade Moderna*, coord. Margarida Sobral Neto, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.
- FONSECA, Fernando Taveira da, “O Jardim Botânico no contexto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra (1772)” in *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a Região da Prata*, Frankfurt/Main, TFM – Teo Ferrer de Mesquita, 2006.
- FRANCO, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa, «*Riscos das obras da Universidade de Coimbra*» o valioso álbum da Reforma Pombalina, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1983.
- GOMES, Joaquim Ferreira, “O Marquês de Pombal criador do ensino primário oficial” in *Revista de História das Ideias (O Marquês de Pombal e o seu tempo)*, Tomo I, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982.
- GUERRA, João Pedro Miller, “A Reforma Pombalina dos Estudos Médicos” in *Pombal Revisitado, Comunicações ao Colóquio Internacional organizada pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, Vol. 1, nº 34, Lisboa, Editorial Estampa, 1984.
- LEMONS, D. Francisco de, *Relação Geral do estado da Universidade (1777)*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1980.
- MARCADÉ, Jacques, “Pombal et l’enseignement: quelques notes sur la réforme des Estudos Menores” in *Revista de História das Ideias (O Marquês de Pombal e o seu tempo)*, Tomo II, 1982.
- MARTINS, Décio Ruivo, “A Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra de 1772 a 1911”, [Consultado em 22/04/2015]. Disponível em http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/facfilonatural/afac.
- MARTINS, Décio Ruivo, “As ciências físico-matemáticas em Portugal e a Reforma Pombalina”. in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.
- MARTINS, Décio Ruivo, “Brasileiros na Reforma Pombalina: criando novos caminhos da ciência entre Portugal e o Brasil” in *Exposição A Universidade de Coimbra e o Brasil: Percurso iconobibliográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012,



- [Consultado em 23/04/2015]. Disponível em http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/brasileiros/bras.
- MERÊA, Paulo, *Estudos de história do ensino jurídico em Portugal (1772-1902)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- MOTA, Luís, “A Reforma da Universidade enquanto projeto pedagógico (e social) de formação de elites”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 22, Coimbra, Faculdade de Letras, 2001.
- PAIVA, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império, 1495 – 1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- PALMA-FERREIRA, João, “Excertos do «diário» de D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas”, in *Revista da Biblioteca Nacional*, nº 1, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982. pp. 26-54.
- PIMENTEL, António Filipe, “Cidade do saber/cidade do poder. A arquitetura da Reforma.” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.
- PITA, João Rui, “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.
- PROENÇA, Genoveva Marques, *D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Reitor da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Dissertação para a Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1955.
- PROENÇA-MAMEDE, Eduardo, “Domingos Vandelli - uma biografia transnatural”, [Consultado em 27/04/2015]. Disponível em http://www.artez.pt/textos/gtdv/eduardo_p_mamede.pdf.
- RAMALHO, Américo da Costa, “Um programa de exame de Grego da Reforma Pombalina” in *Revista de História das Ideias (O Marquês de Pombal e o seu tempo)*, Tomo II, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982.
- RODRIGUES, Manuel Augusto “Alguns aspectos da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra – 1772” in *Pombal Revisitado, Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, Vol. 1, nº 34, Lisboa, Editorial Estampa, 1984.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra. Marcos da sua história*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990.
- [s. a.], *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, Livro III, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1972.
- VAZ, Francisco António Lourenço, *D. Manuel do Cenáculo. Instruções pastorais, projetos de bibliotecas e diário*, Porto, Porto Editora, 2009.

